



Proposta da Administração

Assembleia Geral Ordinária

CSU Digital S.A.

30 de abril de 2026

10:00 horas

Local:

Sede da Companhia

Rua Piauí, nº 136, Barueri/SP

Sumário:

Assembleia Geral Ordinária:

1. Proposta da Administração	3
a. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025:	3
b. Proposta de destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos referentes ao exercício de 2025:	3
c. Orçamento de Capital para o exercício 2026:	4
d. Fixar o número e eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia:	4
e. Remuneração dos Administradores da Companhia:	5
2. Procedimentos para participação na Assembleia:	5
a. Documentos necessários para Participação na Assembleia:	5
b. Voto a Distância – Orientações para preenchimento e envio do Boletim de Voto:	6
3. Anexos	8
ANEXO I – Parecer do Comitê de Auditoria	8
ANEXO II – Item 2 do Formulário de Referência	10
Anexo III – Anexo A da Resolução CVM 81/22	10
ANEXO IV – Itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência	33
Anexo V – Item 8 do Formulário de Referência	37

1. Proposta da Administração

Esta Proposta da Administração foi elaborada de acordo com a Resolução CVM 81/22, conforme alterada, com o objetivo de prestar os esclarecimentos necessários a respeito de cada um dos itens a serem deliberados em Assembleia, para que, dessa forma, os Acionistas possam votar com informações claras e consistentes sobre temas do interesse da Companhia.

Ordem do Dia:

Em Assembleia Geral Ordinária:

- a) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025;
- b) Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos referentes ao exercício de 2025;
- c) Deliberar sobre o Orçamento de Capital para o exercício de 2026;
- d) Fixar o número e eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia;
- e) Fixar a remuneração anual global dos Administradores da Companhia para o exercício 2026.

Encontram-se à disposição dos acionistas nos sites de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.csu.com.br>), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br), os documentos exigidos pela Resolução CVM 81/22. Os acionistas interessados em sanar dúvidas relativas aos itens acima, aqui detalhados, poderão contatar a área de Relações com Investidores por meio do telefone (11) 2106-3700 ou via e-mail: ri@csu.com.br.

a. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025:

As Demonstrações Financeiras são importantes ferramentas de análise da Companhia, uma vez que expressam sua situação econômico-financeira, sendo assim uma importante fonte de informação para que os Acionistas possam realizar um julgamento consistente sobre o desempenho da Companhia e guiar suas decisões. Por meio delas é possível fazer análises sobre a situação patrimonial, índices de liquidez, de lucratividade e de endividamento, permitindo uma visão estratégica e uma estimativa do futuro, sinalizando suas limitações e potencialidades.

As Demonstrações Financeiras são elaboradas pela Companhia, incluindo (i) Balanço Patrimonial, (ii) Demonstração do Resultado do Exercício, (iii) Demonstração dos Resultados Abrangentes, (iv) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, (v) Demonstração do Valor Adicionado, (vi) Demonstração do Fluxo de Caixa, (vii) Relatório da Administração/Comentários do Desempenho e (viii) Notas Explicativas. Tais informações, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Comitê de Auditoria (este disponível no [ANEXO I](#)), foram apresentadas à CVM/B3 via sistema Empresas.NET e estão disponíveis no *website* de RI da Companhia. Acesse:

<https://ri.csu.com.br/resultados-e-arquivos-cvm/resultados/>.

Os Comentários dos Diretores, nos termos do item 2 do Formulário de Referência, encontram-se no [ANEXO II](#).

b. Proposta de destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos referentes ao exercício de 2025:

O lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31/12/2025 foi de R\$ 106.051 mil, sendo que a administração da Companhia propõe a seguinte destinação:

- a) Constituição de Reserva Legal, no montante de R\$ 5.302 mil, conforme dispõe o Art. 193, da Lei das S.A.;
- b) Distribuição de proventos aos acionistas, no montante de R\$ 97.100 mil (juros sobre capital próprio de R\$ 47.100 mil e dividendos extraordinários de R\$ 50.000 mil, ambos já pagos), equivalentes a 92% do lucro líquido apurado no exercício, conforme valor mínimo obrigatório estipulado pela Lei 6.404/76;

c) Constituição de Reserva de Retenção de Lucros, no montante de R\$ 3.649 mil.

As informações previstas no Anexo A da Resolução CVM 81/22 estão disponíveis no [ANEXO III](#).

c. Orçamento de Capital para o exercício 2026:

O orçamento de capital é composto pelo Plano de Investimentos da Companhia para 2026 e está estimado em R\$ 94.405 mil, a ser financiado por meio de geração de caixa próprio e/ou com recursos de terceiros.

As informações previstas no artigo 196 da Lei 6.404/76 e relativas ao Anexo A da Resolução CVM 81/22 estão disponíveis no [ANEXO III](#).

d. Fixar o número e eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia:

Nos termos do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração será composto por no mínimo 5 (cinco) e no máximo 9 (nove) membros, devendo a Assembleia Geral determinar, pelo voto majoritário, o número dos membros do Conselho a serem eleitos.

No mínimo, 02 (dois) ou 20% (vinte por cento) dos Conselheiros, o que for maior, deverão ser independentes, sendo que, se em decorrência da observância do percentual referido acima resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento, nos termos do Regulamento do Novo Mercado e serão expressamente declarados como tais na ata da Assembleia Geral que os eleger.

Também será(ão) considerado(s) como Conselheiro(s) Independente(s) aquele(s) eleito(s) mediante a faculdade prevista pelo artigo 141, parágrafos 4º e 5º da Lei nº 6.404/76.

A Companhia propõe a eleição de 05 (cinco) membros para composição de seu Conselho de Administração, e destes candidatos, 03 (três) devidamente avaliados e enquadrados como independentes, ratificados pelo Conselho de Administração quanto a este enquadramento, nos termos do Artigo 17 do Regulamento do Novo Mercado da B3, os quais são detalhados abaixo:

Candidato	Cargo	Indicação
Marcos Ribeiro Leite	Conselheiro	Controlador
Antonio Kandir	Independente	Controlador
Antonio Martins Fadiga	Independente	Controlador
Rubens Antonio Barbosa	Independente	Controlador
Ricardo José Ribeiro Leite	Conselheiro	Controlador

Fica consignado que há a possibilidade de os acionistas que detiverem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das ações ordinárias da Companhia, requererem a adoção do voto múltiplo, atribuindo-se a cada ação tantos votos quantos forem os assentos no Conselho de Administração, e reconhecido ao acionista o direito de cumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários. Esta faculdade deverá ser solicitada pelos acionistas, por escrito à Companhia, com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da Assembleia Geral.

Poderá ainda ser solicitada a votação em separado na Assembleia Geral para eleição de um membro do Conselho de Administração, excluído o acionista controlador, pelos acionistas que em conjunto ou individualmente detiverem, ao menos, 10% (dez por cento) do total das ações com direito a voto. Somente poderão exercer este direito os acionistas que comprovarem a titularidade ininterrupta da participação acionária exigida durante o período de 3 (três) meses, no mínimo, imediatamente anterior à realização da Assembleia Geral, conforme previsto no artigo 141 da Lei 6.404/76.

Nos termos da Resolução CVM 81/22, a Companhia está fornecendo as informações indicadas nos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, assim como a declaração de cada um dos candidatos a Conselheiro de que não está incurso em qualquer dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer a atividade (Resolução CVM nº 80/22), que se encontram disponíveis no [ANEXO IV](#).

e. Remuneração dos Administradores da Companhia:

A proposta da administração é de um valor anual global de até R\$ 39.422 mil – aprovados em Reunião do Conselho de Administração de 30 de março de 2026 – dos quais até R\$ 1.949 mil destinam-se aos honorários do Conselho de Administração, até R\$ 357 mil ao Conselho Fiscal e até R\$ 37.116 mil à remuneração da Diretoria Estatutária. A remuneração dos Administradores da Companhia proposta para deliberação da Assembleia é uma estimativa que considera o montante máximo que pode vir a ser pago aos executivos.

Conselho Fiscal: tendo em vista que o funcionamento do Conselho Fiscal da Companhia não é de caráter permanente, em atendimento ao parágrafo 2º do Artigo 161 da Lei das Sociedades por Ações, e ainda à Resolução CVM nº 70/22, poderá ser instalado por esta Assembleia, nos termos descritos acima. Em caso de não instalação do Conselho Fiscal, os valores relativos à remuneração do Conselho Fiscal deverão ser excluídos do valor final da proposta da administração, que será objeto da aprovação.

Informações sobre a composição da remuneração dos Administradores, nos termos do item 8 do Formulário de Referência, estão disponíveis no [ANEXO V](#).

2. Procedimentos para participação na Assembleia:

Os Acionistas poderão participar da Assembleia (i) presencialmente, ou por meio de procurador devidamente constituído; ou (ii) por meio do boletim de voto a distância ("[Boletim de Voto](#)"), observadas as instruções constantes nele e na presente Proposta.

É facultado a qualquer Acionista constituir procurador para que o represente na Assembleia e vote em seu nome. Adicionalmente, em cumprimento ao disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 654 da Lei 10.406/02 ("[Código Civil](#)"), a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos.

Vale destacar que (a) as pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no parágrafo 1º do artigo 126 Lei 6.404/76; e (b) as pessoas jurídicas que forem acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da sociedade, acionista ou advogado (cf. Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 04/11/2014).

a. Documentos necessários para Participação na Assembleia:

Os documentos abaixo indicados deverão ser apresentados à Companhia, pelos acionistas que participarem da votação via boletim de voto a distância, com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da data fixada para realização da Assembleia, aos cuidados do Departamento Jurídico, no seguinte endereço: Rua Piauí, nº 136, Bloco B, 3º andar, CEP 06440-182, Barueri/SP, ou via e-mail para o endereço ri@csu.com.br. Para os acionistas que desejarem participar presencialmente da Assembleia, deverão apresentar estes documentos até o horário estipulado para a abertura dos trabalhos, ainda que tenham deixado de depositá-los previamente, e, sendo este caso, a Companhia recomenda a chegada com, no mínimo, 30 minutos de antecedência ao início previsto da Assembleia (10:00a.m. BRT), de modo a permitir a organização tempestiva, incluindo a validação da documentação apresentada pelo acionista para participação.

Acionista Pessoa Física: Deverão apresentar (a) documento de identidade (RG, CNH, passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular), e (b) comprovante atualizado da titularidade das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia, expedido pelo agente escriturador e/ou pelo agente de custódia no período de até 2 (dois) dias úteis antecedentes à data da Assembleia.

Acionista Pessoa Jurídica: O representante do Acionista Pessoa Jurídica deverá apresentar (a) cópia do contrato ou estatuto social em vigor e documentação societária que comprove os poderes de representação (eleição de

administradores); (b) cópia do documento de identidade (RG, CNH, passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); e (c) comprovante atualizado da titularidade das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia, expedido pelo agente escriturador e/ou pelo agente de custódia no período de até 2 (dois) dias úteis antecedentes à data da Assembleia.

Fundos de Investimentos: A representação dos cotistas na Assembleia caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo a respeito de quem é titular de poderes para exercício do direito de voto das ações e ativos na carteira do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo deverá apresentar (a) cópia do último regulamento consolidado do fundo, do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme aplicável, e da documentação comprobatória de representação (ata de eleição dos diretores/administração); (b) cópia do documento de identidade (RG, CNH, passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do(s) representante(s) legal(is); e (c) comprovante atualizado da titularidade das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia, expedido pelo agente escriturador e/ou pelo agente de custódia no período de até 2 (dois) dias úteis antecedentes à data da Assembleia.

Acionistas Estrangeiros: Deverão apresentar os mesmos documentos aplicáveis aos acionistas brasileiros, os quais deverão estar traduzidos para o português (dispensando-se a necessidade de tradução por tradutor público juramentado no Brasil). A tradução será dispensada para os documentos emitidos originalmente nos idiomas de língua portuguesa, inglesa ou espanhola.

b. Voto a Distância – Orientações para preenchimento e envio do Boletim de Voto:

Conforme previsto no artigo 31 e seguintes da Resolução CVM 81/22, os acionistas também poderão exercer seu voto na Assembleia por meio de voto a distância, a ser formalizado pelo documento eletrônico denominado Boletim de Voto, disponibilizado pela Companhia em sua página de Relações com Investidores (<https://ri.csu.com.br>), na página da CVM (www.gov.br/cvm) e na página da B3 (www.b3.com.br). Para que o Boletim de Voto seja considerado válido e os votos nele proferidos sejam contabilizados nos quóruns da Assembleia:

Todos os campos deverão ser devidamente preenchidos – incluindo nome ou denominação social completa e o número do Cadastro no Ministério da Fazenda, seja de pessoa jurídica (CNPJ) ou de pessoa física (CPF);

Todas as suas páginas deverão ser rubricadas pelo acionista (ou por seu representante legal, conforme o caso);

Ao final, o acionista (ou o seu representante legal, conforme o caso) deverá assiná-lo, não sendo exigido o reconhecimento das firmas ou consularização do Boletim de Voto; e

Envio das orientações de voto e demais documentos, quando aplicável, em até 4 (quatro) dias antes da data da Assembleia, conforme disposto no artigo 27 da Resolução CVM 81/22, isto é, **até o dia 26 de abril de 2026**, sendo que aqueles recebidos após este prazo poderão ser desconsiderados (salvo se prazo diverso for estabelecido).

O Acionista que optar por exercer seu direito de voto a distância, poderá entregar o Boletim de Voto:

Diretamente à Companhia: Via original do Boletim de Voto devidamente preenchido, rubricado e assinado, acompanhado de cópia autenticada da via original dos documentos indicados acima, conforme aplicáveis, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, na Rua Piauí, nº 136, Bloco B, 3º andar, Barueri/SP, CEP 06440-182, e-mail: ri@csu.com.br. Nos termos da regulamentação vigente, a Companhia comunicará ao Acionista, em até 3 (três) dias, caso os documentos recebidos não sejam suficientes para que o voto seja considerado válido e os procedimentos e prazos para eventual retificação e reenvio, caso necessário.

Por intermédio de seu Agente de Custódia: O acionista deverá observar as regras por ele determinadas, que, por sua vez, encaminharão tais manifestações de voto à Central Depositária da B3. Para tanto, os Acionistas deverão entrar em contato com os agentes de custódia e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via Boletim de Voto, bem como os documentos e informações por eles exigidos para tal finalidade. Conforme determinado pela Resolução CVM 81/22, a Central Depositária da B3, ao receber as instruções de voto dos Acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ. Acionistas com ações custodiadas em mais de uma instituição (exemplo: parte da posição está custodiada nos livros do escriturador das ações da Companhia e outra parte com um agente de custódia, ou ações custodiadas em mais de

um agente de custódia) devem enviar a instrução de voto para apenas uma instituição, e o voto será sempre considerado pela quantidade total de ações do Acionista.

Por meio do Banco Escriturador da Companhia: O agente escriturador da Companhia, BTG Pactual Serviços Financeiros S/A DTVM. As instruções para envio do Boletim ao agente escriturador deve ser coletada junto ao mesmo através dos canais de comunicação onde será indicado o procedimento para realização do voto a distância.

BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM

E-mail: escrituracao.acao@btgpactual.com

Telefone: +55 (11) 3383-1132, Atendimento aos Acionistas, em dias úteis, das 9h às 18h.

Por meio do depositário central no qual as ações estejam depositadas: As instruções para preenchimento do Boletim junto ao depositário central (B3) devem ser feitas pelo caminho: Serviços, Voto a Distância, Assembleias em aberto. O acesso pode ser feito através do link: <https://www.investidor.b3.com.br/>.

Ressalvada a exceção prevista no artigo 48, parágrafo 2º da Resolução CVM 81/22, caso haja divergência entre eventual Boletim de Voto recebido diretamente pela Companhia ou pelo depositário central e a instrução de voto contida no mapa analítico de votação enviado pelo escriturador com relação a um mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ, a instrução de voto contida no mapa de votação prevalecerá, devendo o Boletim recebido diretamente pela Companhia ou do depositário central ser desconsiderado.

Durante o prazo de votação, o acionista poderá alterar suas instruções de voto quantas vezes entender necessário, de modo que será considerada no mapa de votação da Companhia a última instrução de voto apresentada. Uma vez encerrado o prazo de votação, o acionista não poderá alterar as instruções de voto já enviadas.

As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por maioria simples de votos dos Acionistas presentes à reunião, não se computando os votos em branco.

3. Anexos

ANEXO I – Parecer do Comitê de Auditoria

O Comitê

O Comitê de Auditoria (“Comitê”) da CSU Digital (“Companhia”) é um órgão não estatutário permanente de assessoramento, vinculado ao Conselho de Administração da Companhia (“Conselho de Administração”) e com autonomia operacional de funcionamento. Como parte do processo de evolução contínua da governança corporativa da Companhia e atendimento do Regulamento do Novo Mercado da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (“Regulamento do Novo Mercado”), o Comitê teve sua instalação aprovada em reunião do Conselho de Administração realizado em 18 de abril de 2022 e seu Regimento Interno (“Regimento”) também foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião ocorrida na mesma data, disponível na página de RI da Companhia.

O Comitê define anualmente um Plano de Trabalho para o adequado planejamento e execução de suas responsabilidades. As reuniões são realizadas em caráter ordinário trimestralmente ou extraordinariamente sempre que necessário, seguindo as regras para convocação.

Entre 02/05/2025 e 05/03/2026, o Comitê reuniu-se 4 vezes. Durante as reuniões realizadas também participaram as áreas de (i) Controladoria; (ii) Auditoria interna, (iii) Riscos e Compliance, (iv) Finanças, (v) Jurídico além da Auditoria independente.

Reuniões realizadas e principais assuntos discutidos

02/05/2025: Apresentação das Informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas revisadas do trimestre findo em 31 de março de 2025. Ratificação da independência da Auditoria Externa. Apresentação do relatório trimestral de atividades do Comitê de Auditoria para o ano de 2025. Apresentação do Painel com os resultados do Canal Interno de Denúncias referente ao período de janeiro de 2025 à março de 2025. Apresentação do status do cronograma das atividades de Riscos e Compliance /PLD.

04/08/2025: Apresentação das Informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas revisadas do trimestre findo em 30 de junho de 2025. Apresentação dos trabalhos das atividades de Riscos, Compliance e Auditoria Interna desde o último reporte, incluindo o resultado preliminar da consultoria especial da KPMG. Escopo do trabalho da E&Y – PLDFT. Resultados dos trabalhos desenvolvidos sobre o canal interno de denúncias referente ao primeiro semestre de 2025. Atualização das ações relacionadas à Caixa Econômica Federal.

04/11/2025: Apresentação das Informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas revisadas do trimestre findo em 30 de setembro de 2025. Exame, análise e aprovação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2025. Ratificação da independência da Auditoria Externa. Atualizações sobre os processos entre a Companhia e a CEF (Caixa Econômica Federal). Apresentação e status dos projetos ESG e Reforma Tributária. Apresentação do Painel com os resultados do Canal Interno de Denúncias referente ao período de janeiro de 2025 a outubro de 2025. Apresentação das regulamentações do Banco Central do Brasil atualizadas. Apresentação do status do cronograma das atividades de Riscos, Compliance e Auditoria Interna.

05/03/2026: Apresentação das Demonstrações Financeiras Auditadas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Ratificação da independência da Auditoria Externa. Apresentação de resultados de 2025 e projetos para o exercício 2026. Atualizações sobre os processos entre a Companhia e a CEF (Caixa Econômica Federal). Apresentação do status do cronograma das atividades de Riscos e Compliance /PLD. Apresentação das regulamentações do Banco Central do Brasil atualizadas. Auditoria internas em 2025 e cronograma de auditoria interna para 2026 e 2027. Plano de ação para KYC (Know Your Client). Apresentação do Painel com os resultados do Canal Interno de Denúncias referente ao período de compreendido entre janeiro e dezembro 2025.

Conclusões e recomendações

O Comitê de Auditoria, com base nas atividades desenvolvidas, nas recomendações e orientações emitidas e atendidas, e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, considera que:

- a) cumpriu seu Plano Anual de Trabalho;
- b) os controles internos da Empresa são adequados ao porte e à complexidade dos negócios, bem como é objeto de permanente atenção por parte da Administração;
- c) a Auditoria Interna desempenha suas funções com independência e qualidade;
- d) o processo de contabilidade societária segue as normas legais e as práticas adotadas no Brasil;
- e) a qualidade dos trabalhos e as informações prévias fornecidas pelos auditores independentes são satisfatórias;
- f) as recomendações de pautas propostas pelo Comitê foram acatadas por meio de apresentações realizadas para os temas específicos (Negócios e Segurança da informação).

No exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, os membros do Comitê analisaram a documentação composta pelas demonstrações Financeiras, pelo relatório anual da administração, acompanhadas do parecer preliminar da auditoria independente, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela Deloitte, opinaram, por unanimidade, que estes refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e de suas controladas, e recomendaram a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração da Companhia para seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Antonio Kandir

(Membro e Coordenador do Comitê)

João Carlos Matias

(Membro do Comitê)

Sérgio Luiz da Silva Ribeiro

(Membro e Especialista Contábil do Comitê)

Patrícia Gracindo Marques de Assis Bentes

(Membro do Comitê)

ANEXO II – Item 2 do Formulário de Referência

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais;

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar seu plano de negócio, de forma a atingir plenamente seus objetivos, cumprindo com suas obrigações de curto e médio prazos.

b) Estrutura de capital;

Em (milhares R\$)	31/12/2025	(%)
Capital próprio (a)	465.112	87,3%
Endividamento* de curto prazo	19.687	
Endividamento* de longo prazo	103.908	
Disponibilidades**	(56.063)	
Dívida líquida (b)	67.532	12,7%
Capital total (a+b)	532.644	100,0%

* Empréstimos e financiamentos + Passivos de arrendamento (Variação decorrente da adoção do IFRS 16 - CPC 06 R2).

** Caixa livre, que é o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa subtraído do passivo de Depósitos, que se referem aos saldos das contas digitais pré-pagas dos clientes das soluções de *embedded finance*.

- i) Hipóteses de resgate: A Administração não planeja realizar resgates no curto prazo com o objetivo de alterar a estrutura de capital da Companhia.
- ii) Fórmula de cálculo do valor de resgate: Não aplicável.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos;

A Companhia acredita apresentar liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir investimentos, despesas, dívidas e outros compromissos no horizonte dos próximos anos, levando-se em consideração (i) o perfil global de seu endividamento; (ii) o fluxo de caixa gerado pelas operações; (iii) sua posição de liquidez; (iv) a manutenção das condições econômico-financeiras gerais e o ambiente de negócios atuais. Em adição, a administração da CSU acredita ter plena capacidade de contratação de novas operações de empréstimo, caso entenda necessário, para financiar novos investimentos ou aquisições.

Em (milhares R\$)	2025
Dívida líquida (a)	67.532
Capital total (b)	532.644
Índice de alavancagem financeira (a/b)	12,7%

Conforme tabela acima, a dívida líquida da Companhia ao final do último ano foi de R\$ 67,5 milhões em 2025, tendo 12,7% de índice de alavancagem financeira.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas;

A Companhia capta, quando necessário, recursos de terceiros por meio de contratos financeiros. Esses recursos são empregados no financiamento de necessidades de capital de giro e investimentos de curto e longo prazos, sendo empregados também na manutenção do perfil da dívida em patamares que a Companhia julgue adequados, além de manter as disponibilidades de caixa em níveis apropriados para suportar o desempenho de suas atividades.

Os empréstimos são contratados junto aos principais bancos do mercado financeiro brasileiro, inclusive podendo constar de nossa carteira de clientes. Usualmente, os financiamentos se dão através de operações de arrendamentos e empréstimos, com prazos mínimos de 36 meses, sendo normalmente praticados prazos de 60 meses. Essas operações são em sua maioria indexadas ao CDI, possuindo opção de liquidação antecipada. Em 2025, a Companhia também estruturou uma captação pela subsidiária CSU International em dólares americanos, com taxa de juros de 6% ao ano, refletindo condições mais competitivas em relação às taxas disponíveis no mercado brasileiro, permitindo financiar a expansão internacional e a distribuição extraordinária de dividendos com maior eficiência de custo.

A composição do endividamento no fechamento deste exercício e nos períodos abaixo identificados encontram-se no quadro abaixo:

Posição em 31 de dezembro de	2025
Empréstimos e financiamentos (curto e longo prazos)	82.703
Passivos de arrendamento (curto e longo prazos)	40.892
Total	123.595

Na data deste relatório, acreditamos que nossas fontes tradicionais de financiamento são suficientes para atender às eventuais necessidades de capital de giro e para manutenção dos investimentos, incluindo (1) continuar o pleno desenvolvimento e adequações normativas de nosso principal software de processamento, (2) desenvolver novos produtos e soluções de processamento para o mercado de pagamentos digitais e fidelização e incentivo de clientes, (3) investimentos eventuais em infraestrutura operacional de *customer experience* (CX) e hiperautomação de processos (HAS), (4) ampliar o escopo de atuação da Companhia, com o investimento e desenvolvimento de novas frentes de negócios, como as soluções de *Embedded Finance* e a expansão da operação internacional nos Estados Unidos, (5) intensificar a aplicação de inteligência artificial nas soluções de ambas as verticais de negócios e (6) efetuar outros gastos de capital previstos. Nosso acesso a fontes de liquidez não tem sofrido impacto restritivo significativo do ambiente atual de crédito e não esperamos que esse tipo de impacto ocorra em futuro próximo, mesmo à luz das turbulências econômicas e políticas recentemente observadas no Brasil.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez;

A Companhia entende que não apresentará deficiências de liquidez no curto prazo. No entanto, caso necessite, a Companhia dispõe de limites contratados disponíveis de curto prazo de R\$ 47,0 milhões que podem ser utilizados a qualquer momento pela administração.

A Companhia capta, quando necessário, recursos de terceiros por meio de contratos financeiros. Esses recursos são empregados no financiamento de necessidades de capital de giro e investimentos de curto e longo prazos, sendo empregados também na manutenção do perfil da dívida em patamares que a Companhia julgue adequados, além de manter as disponibilidades de caixa em níveis apropriados para suportar o desempenho de suas atividades.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

O quadro a seguir descreve a composição do endividamento ao final do último exercício social (R\$ Mil):

	2025
Passivo circulante	
Empréstimos e financiamentos (i)	167
Passivos de arrendamento (ii)	19.520
Passivo não circulante	
Empréstimos e financiamentos (i)	82.536
Passivos de arrendamento (ii)	21.372
Total	123.595

(i) os empréstimos e financiamentos da Controladora referem-se ao mútuo celebrado entre a Companhia e sua controlada direta CSU Digital International LLC em dezembro de 2025 pelo prazo de 48 meses, com pagamentos trimestrais a uma taxa de 6% a.a. O saldo Consolidado refere-se ao empréstimo captado em dólar pela controlada

CSU Digital International LLC, com instituição financeira nos Estados Unidos pelo prazo de 48 meses, com pagamentos trimestrais a uma taxa de 1,75% a.a acrescido da 3-Month SOFR.

(ii) O saldo apresentado de R\$ 40.892, respectivamente, é composto de leasing financeiro R\$ 10.427, e passivo de arrendamentos de direito de uso R\$ 30.465.

Contratos de empréstimo e financiamento relevantes;

O vencimento dos contratos de empréstimos e financiamentos firmados até 31 de dezembro de 2025 ocorrerá até 17 de dezembro de 2029. Para os contratos de arrendamento mercantil existentes até 31 de dezembro de 2025, a liquidação é estimada para até 31 de maio de 2030.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia possui os seguintes contratos de empréstimo e financiamento relevantes:

Credor	Bradesco Bank
Data da contratação	16/12/2025
Taxa Term SOFR 3M +	1,75%a.a.
Valor de face (USD)	15,000,000.00
Vencimento	Dezembro de 2029
Saldo em 31 de dezembro de 2025 USD 15,029,575.00	

i. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras;

A Companhia não possui outros contratos de longo prazo com instituições financeiras.

ii. Grau de subordinação entre as dívidas;

Todas as linhas de crédito e financiamentos são dívidas sem garantias reais e concorrem pari passu com os outros débitos da Companhia, nos termos da legislação falimentar brasileira.

iii. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Para o contrato de financiamento com Bradesco Bank com saldo em 31 de dezembro 2025 no montante de USD 15,029,575.00 a companhia está sujeita a (i) apresentação e divulgação dos resultados trimestrais da CSU DIGITAL INTERNATIONAL LLC e CSU DIGITAL S/A. A Companhia encontrava-se adimplente em relação a esses covenants.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados;

A Companhia apresenta limites contratados disponíveis de R\$ 48 milhões.

h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa.

As demonstrações financeiras da CSU Digital consolidam os resultados de duas unidades de negócio: a CSU Pays, nosso *core business*, que é a divisão de negócios que engloba todas as soluções de ponta em serviços de Pagamentos Digitais, *embedded finance* e de Fidelização & Incentivo, e a CSU DX, que foca no desenvolvimento de soluções de alta densidade tecnológica para gestão de processos de negócios em diferentes mercados.

Abaixo a Companhia demonstra a análise vertical e horizontal de suas demonstrações do resultado e do balanço patrimonial bem como os comentários das principais variações observadas em cada exercício social.

Demonstração dos resultados

Em milhares de reais, exceto o lucro por ação, apresentado em Reais

	31/12/2025	AV (%)	31/12/2024	AV (%)	Var. (%)
Receita líquida de prestação de serviços	623.529	100,0%	567.639	100,0%	9,8%
Custo dos serviços prestados	(365.677)	-58,6%	-328.250	-57,8%	11,4%
Lucro bruto	257.852	41,4%	239.389	42,2%	7,7%
Despesas operacionais					
Com vendas	(5.101)	-0,8%	-7.540	-1,3%	-32,3%
Gerais e administrativas	(143.464)	-23,0%	-106.593	-18,8%	34,6%
Outros resultados operacionais	3.320	0,5%	5.401	1,0%	-38,5%
	(145.245)	-23,3%	-108.732	-19,2%	33,6%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	112.607	18,1%	130.657	23,0%	-13,8%
Receitas financeiras	10.354	1,7%	8.833	1,6%	17,2%
Despesas financeiras	(11.689)	-1,9%	-10.817	-1,9%	8,1%
	(1.335)	-0,2%	-1.984	-0,3%	-32,7%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	111.272	17,8%	128.673	22,7%	-13,5%
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	(5.538)	-0,9%	-38.782	-6,8%	-85,7%
Diferido	317	0,1%	1.286	0,2%	-75,3%
	(5.221)	-0,8%	-37.496	-6,6%	-86,1%
Lucro líquido do exercício	106.051	17,0%	91.177	16,1%	16,3%

Comentários das variações

Receita Líquida:

A expansão contínua dos indicadores operacionais, o fortalecimento da agenda comercial e a conversão de novos contratos e serviços na base de clientes levaram à aceleração no crescimento da receita da Companhia, que evoluiu +9,8% vs. 2024, atingindo o recorde histórico de R\$ 623,5 milhões. Na CSU Pays, em 2025, a receita líquida alcançou R\$ 390,5 milhões. Esse valor ultrapassa os R\$ 370,6 milhões apresentados no ano anterior em R\$ 19,9 milhões (+5,4% vs. 2024), acompanhando a expansão de nossos volumes operacionais em todos os subsegmentos dessa unidade (*Payments, Embedded Finance e Loyalty*), mantendo seu longo histórico de crescimento (CAGR 2020-2025 de +11% a.a.). Já na CSU DX, em 2025, a receita líquida totalizou o recorde histórico de R\$ 233,0 milhões ante R\$ 197,1 milhões em 2024, aumento de R\$ 35,9 milhões (+18,2% vs. 2024). Esta variação é explicada pela forte agenda comercial — com 10 novos contratos celebrados no ano, sendo 6 contemplando a tecnologia HAS — além da contínua evolução dos contratos existentes e dos ganhos de representatividade das soluções de hiperautomação e inteligência artificial. Destaca-se a evolução dessa linha: desde o lançamento do HAS em 2024, a receita dessa unidade acelerou de forma relevante, com crescimento de 21,9% no 4T25 vs. 4T24.

Custos (excluindo depreciação e amortização):

Essa linha apresentou crescimento de R\$ 38,2 milhões (+14,0% vs. 2024), totalizando R\$ 311,0 milhões ante R\$ 272,8 milhões no ano anterior. Essa variação se dá para suportar os maiores volumes operacionais correntes e os novos contratos, levando a maiores gastos com pessoal, serviços contratados, licenças e aluguel de softwares e armazenamento em nuvem. Destaca-se ainda o impacto do dissídio coletivo de 7,7% e dos encargos trabalhistas decorrentes da reoneração da folha de pagamentos (Lei nº 14.973/24), vigente desde o início de 2025. Em contrapartida, a Companhia seguiu capturando ganhos de eficiência decorrentes da digitalização de processos. Na unidade CSU Pays, em 2025, os custos dessa divisão de negócios totalizaram R\$ 140,0 milhões ante R\$ 126,5 milhões no ano anterior, aumento de R\$ 13,5 milhões (+10,7% vs. 2024), observados em valores de licenças e aluguel de software, maior uso de IA e *storage*, maiores gastos com materiais operacionais e de premiação, e o efeito da reoneração da folha. Na CSU DX, no ano de 2025 os custos totalizaram R\$ 171,0 milhões ante R\$ 146,3 milhões em 2024, um aumento de R\$ 24,7 milhões (+16,9% vs. 2024), decorrente do avanço de novas operações que geram ineficiências temporárias na linha de pessoal até atingirem maturidade, além de maiores gastos com licenças, equipamentos e *storage*, e do impacto do dissídio e da reoneração da folha.

Contribuição bruta: Em 2025 totalizou o maior valor da série histórica, de R\$ 312,6 milhões com margem de 50,1% ante R\$ 294,8 milhões com margem de 51,9% no ano anterior, aumento de R\$ 17,7 milhões (+6,0% e -1,8 p.p. vs. 2024, respectivamente). Na CSU Pays, em 2025, a contribuição bruta totalizou R\$ 250,5 milhões e margem de 64,1% ante R\$ 244,0 milhões e margem de 65,9% no ano anterior, aumento de R\$ 6,5 milhões (+2,6% e -1,8 p.p. vs. 2024,

respectivamente). Já na CSU DX, em 2025 a contribuição bruta totalizou R\$ 62,1 milhões, superior em R\$ 11,3 milhões ao registrado no ano anterior (+22,2%), com margem de 26,6% ante 25,8% em 2024 (+0,8 p.p. vs. 2024).

Custos totais, lucro bruto e margem bruta:

Incluindo a depreciação e amortização pertinentes exclusivamente à linha de Custos apresentada anteriormente, os Custos Totais em 2025 foram de R\$ 365,7 milhões ante R\$ 328,2 milhões no ano anterior, aumento de R\$ 37,4 milhões (+11,4% vs. 2024, respectivamente). Com isso, em 2025 o lucro bruto atingiu o patamar recorde de R\$ 257,9 milhões com margem de 41,4% ante R\$ 239,4 milhões com margem de 42,2% no ano anterior, aumento de R\$ 18,5 milhões (+7,7% e -0,8 p.p. vs. 2024, respectivamente), o que demonstra um crescimento de forma consistente e relevante. Na CSU Pays, os custos totais após inclusão de depreciação e amortização pertinentes a esse grupo em 2025 somaram R\$ 180,4 milhões, um aumento de R\$ 13,2 milhões (+7,9% vs. 2024) e como resultado, em 2025 o lucro bruto atingiu R\$ 210,0 milhões com margem de 53,8% ante um valor de R\$ 203,3 milhões com margem de 54,9% em 2024, um aumento de R\$ 6,7 milhões (+3,3% e -1,1 p.p. vs. 2024, respectivamente), refletindo os ganhos de eficiência operacional decorrentes da agenda de digitalização das nossas operações aliada ao crescimento sustentável da receita. Já na CSU DX, os custos totais em 2025 totalizaram R\$ 185,2 milhões contra R\$ 161,0 milhões no ano anterior, aumento de R\$ 24,2 milhões (+15,0% vs. 2024), e assim, o lucro bruto em 2025 alcançou R\$ 47,8 milhões, superior em R\$ 11,7 milhões ao valor de 2024 (+32,6%), com margem de 20,5% ante 18,3% (+2,2 p.p. vs. 2024), evidenciando os ganhos de rentabilidade decorrentes da transformação operacional da unidade.

Despesas com vendas, gerais e administrativas ("SG&A"): Em 2025 o SG&A da Companhia — nesse caso já incluindo depreciação e amortização correspondentes ("D&A") — totalizou R\$ 148,6 milhões ante R\$ 114,1 milhões no ano anterior, aumento de R\$ 34,5 milhões (+30,2% vs. 2024). Destaca-se que os maiores valores dispendidos se referem em, sua maioria, a investimentos em novas iniciativas da empresa como: (i) fortalecimento dos times nas áreas Comercial, Produtos e Tecnologia, com a incorporação de profissionais seniores, (ii) expansão do uso de inteligência artificial tanto na CSU Pays como na CSU DX, demandando novos times e fornecedores, (iii) lançamento da operação internacional nos Estados Unidos, contemplando infraestrutura tecnológica, conformidade regulatória e ações de marketing. Esses aumentos são fundamentais para catalisar o crescimento da empresa, cujos efeitos positivos já começam a se refletir nos resultados.

Outras receitas/despesas operacionais: Em 2025, alcançou um resultado positivo de R\$ 3,3 milhões ante R\$ 5,4 milhões em 2024, variação negativa em R\$ 2,1 milhões.

Resultado Financeiro: Em 2025, totalizou um resultado financeiro líquido negativo em R\$ 1,3 milhão ante R\$ 2,0 milhões negativos apresentados no ano anterior, uma melhora de R\$ 0,7 milhão. Essa variação se deve principalmente ao reconhecimento de ajustes pontuais que impactaram positivamente a receita financeira em 2025, como juros sobre receitas e créditos de benefícios fiscais retroativos a exercícios anteriores.

Lucro antes dos impostos ("LAIR"): Registrou o valor de R\$ 111,3 milhões em 2025 ante R\$ 128,7 milhões no ano anterior, redução de R\$ 17,4 milhões (-13,5% vs. 2024), refletindo os maiores investimentos estratégicos em SG&A detalhados anteriormente.

Lucro Líquido: O indicador de lucro líquido da Companhia atingiu recorde histórico de R\$ 106,1 milhões com uma margem líquida de 17,0% ante R\$ 91,2 milhões e margem de 16,1% no ano anterior, aumento de R\$ 14,9 milhões (+16,3% e +0,9 p.p. vs. 2024). O desempenho é explicado principalmente pela retomada da obtenção de créditos fiscais relacionados à Lei do Bem ao longo de 2025.

Balanço patrimonial

Em milhares de reais

Ativo	31/12/2025	AV (%)	31/12/2024	AV (%)	Var. (%)
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	75.674	10,1%	96.197	13,8%	-21,3%
Contas a receber de clientes	99.113	13,2%	84.292	12,1%	17,6%
Estoques	3.075	0,4%	3.380	0,5%	-9,0%
Tributos a compensar	27.118	3,6%	5.914	0,8%	358,5%
Relações interfinanceiras	5.834	0,8%	-	-	-
Outros	29.150	3,9%	11.643	1,7%	150,4%
	239.964	32,0%	201.426	28,9%	19,1%
Não circulante					
Depósitos judiciais	1.675	0,2%	2.880	0,4%	-41,8%
Tributos a compensar	-	0,0%	895	0,1%	-100,0%
Outros	2.950	0,4%	2.449	0,4%	20,5%
	4.625	0,6%	6.224	0,9%	-25,7%
Investimentos	26.554	3,5%	31.467	4,5%	-15,6%
Imobilizado	20.680	2,8%	18.052	2,6%	14,6%
Intangível	414.609	55,2%	367.830	52,8%	12,7%
Ativos de direito de uso	44.497	5,9%	71.189	10,2%	-37,5%
	506.340	67,4%	488.538	70,2%	3,6%
	510.965	68,0%	494.762	71,1%	3,3%
Total do ativo	750.929	100,0%	696.188	100,0%	7,9%

Passivo	31/12/2025	AV (%)	31/12/2024	AV (%)	Var. (%)
Circulante					
Depósitos	19.611	2,6%	18.798	2,7%	4,3%
Fornecedores	55.552	7,4%	45.691	6,6%	21,6%
Empréstimos e financiamentos	167	0,0%	1.677	0,2%	-90,0%
Passivos de arrendamentos	19.520	2,6%	32.640	4,7%	-40,2%
Obrigações sociais e trabalhistas	50.778	6,8%	46.893	6,7%	8,3%
Relações interfinanceiras	8.137	1,1%	-	-	-
Tributos a recolher	5.511	0,7%	7.138	1,0%	-22,8%
Dividendos e juros sobre o capital próprio	4	0,0%	6.491	0,9%	-99,9%
Outros	3.406	0,5%	5.697	0,8%	-40,2%
	162.686	21,7%	165.025	23,7%	-1,4%
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	82.536	11,0%	0	0,0%	-
Passivos de arrendamentos	21.372	2,8%	36.224	5,2%	-41,0%
Passivos judiciais	13.912	1,9%	10.501	1,5%	32,5%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.311	0,7%	7.298	1,0%	-27,2%
	123.131	16,4%	54.023	7,8%	127,9%
Patrimônio líquido					
Capital social	279.232	37,2%	229.232	32,9%	21,8%
Reserva de capital	4.783	0,6%	3.884	0,6%	23,1%
Reservas de lucros	173.873	23,2%	247.087	35,5%	-29,6%
Ações em tesouraria	(3.063)	-0,4%	-3.063	-0,4%	0,0%
Outros resultados abrangentes	10.287	1,4%	14.080	2,0%	-26,9%
	465.112	61,9%	477.140	68,5%	-2,5%
Total do passivo e patrimônio líquido	750.929	100,0%	696.188	100,0%	7,9%

Caixa e Equivalentes de Caixa: Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários à vista e por aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa com os próprios emissores, que são instituições financeiras de primeira linha e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de caixa e equivalentes de caixa somou R\$ 75,7 milhões (-21,3% vs. 2024) contra R\$ 96,2 milhões no mesmo período do ano anterior. O saldo de

disponibilidades subtraído do passivo "Depósitos" (que se referem aos saldos das contas digitais pré-pagas dos clientes das soluções de *embedded finance*), ou caixa livre, totalizou R\$ 56,1 milhões (-27,6% vs. 2024) contra R\$ 77,4 milhões no mesmo período do ano anterior. A redução reflete principalmente os maiores dispêndios relacionados ao lançamento da operação internacional nos Estados Unidos e a distribuição extraordinária de dividendos realizada no exercício.

Contas a Receber de Clientes (circulante e não circulante):

As contas a receber de clientes correspondem a valores derivados da prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de contas a receber de clientes totalizou R\$ 99,1 milhões (+17,6% vs. 2024), ante R\$ 84,3 milhões no ano anterior. A variação está principalmente relacionada ao crescimento da receita da Companhia no período.

Estoques:

Os estoques da Companhia compreendem materiais aplicados na prestação de serviços e são avaliados pelo custo ou valor líquido realizável, dos dois, o menor. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantinha em estoque o saldo de R\$ 3,1 milhões (-9,0% vs. 2024) ante R\$ 3,4 milhões no ano anterior.

Imposto de renda, contribuição social e demais tributos (a compensar e a recolher): Em 31 de dezembro de 2025 o saldo no ativo circulante e não circulante totalizou R\$ 32,6 milhões (+133,9% vs. 2024), quando somou R\$ 14,0 milhões.

Tributos diferidos (Ativo e Passivo): Em 31 de dezembro de 2025, os créditos fiscais diferidos ativos totalizaram R\$ 18,5 milhões, uma redução de 28,6% decorrente principalmente pelos menores valores de créditos fiscais desta natureza em passivos de arrendamento. Os débitos fiscais diferidos totalizaram R\$ 23,8 milhões, redução de 28,3% explicado também pelos menores valores sobre arrendamento (direito de uso).

Depósitos judiciais: Em 31 de dezembro de 2025 o saldo dos depósitos judiciais totalizou R\$ 1,7 milhão (sendo integralmente de natureza trabalhista), uma redução de 41,8% em relação aos R\$ 2,9 milhões registrados em 2024.

Ativo Imobilizado: A variação ocorrida em 2025 representa um aumento de R\$ 2,6 milhões, totalizando R\$ 20,7 milhões ante R\$ 18,1 milhões em 2024. No período, houve aquisição de equipamentos, benfeitorias, computadores/periféricos, veículos e outros ativos no montante de R\$ 8,2 milhões, alienações de R\$ 0,5 milhão e depreciação de todas as classes de ativos de R\$ 5,1 milhões.

Ativo Intangível: A variação ocorrida em 2025 representa um aumento de R\$ 46,8 milhões, totalizando R\$ 414,6 milhões ante R\$ 367,8 milhões em 2024. O aumento decorre da aquisição, principalmente, de sistemas de customização e de software de plataformas de cartões em R\$ 73,4 milhões, alienações de R\$ 0,8 milhão e amortização de R\$ 25,8 milhões, basicamente nesses mesmos ativos. O saldo de ágio manteve-se inalterado em R\$ 25,9 milhões.

Direito de uso: O saldo de direito de uso em 31 de dezembro de 2025 totalizou R\$ 44,5 milhões líquidos de amortização, uma redução de R\$ 26,7 milhões (-37,5% vs. 2024), quando somou R\$ 71,2 milhões. A redução reflete o menor volume de novas adições de contratos de arrendamento no período combinado com a amortização corrente.

Empréstimos e Financiamentos e Passivos de Arrendamento: O total do endividamento financeiro, apresentado no passivo circulante e não circulante ao final de 2025, alcançou o montante de R\$ 123,6 milhões, representando um aumento de 75,2% quando comparado ao montante de R\$ 70,5 milhões registrado em dezembro de 2024. Se analisarmos o endividamento apenas sobre a ótica onerosa (empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, ex-IFRS 16), este montante alcançou R\$ 82,7 milhões ao final de 2025 ante R\$ 1,7 milhão em 2024. O aumento decorre de captação estruturada pela subsidiária CSU International em dólares americanos, com taxa de juros de 6% ao ano, refletindo condições significativamente mais competitivas em relação às taxas disponíveis no mercado brasileiro, permitindo à Companhia financiar a expansão internacional e a distribuição extraordinária de dividendos com maior eficiência de custo. Os passivos de arrendamento (IFRS 16) totalizaram R\$ 40,9 milhões, uma redução de 40,6% em relação a 2024.

Obrigações sociais e trabalhistas: Os saldos de salários a pagar e encargos sociais a recolher em 31 de dezembro de 2025 somaram R\$ 50,8 milhões, um aumento de 8,3% em relação ao ano anterior, refletindo o efeito do dissídio coletivo de 7,7% e da reoneração da folha de pagamentos.

Dividendos e juros sobre o capital próprio: Em 2025 o total de proventos pagos referentes aos resultados do exercício totalizou R\$ 97,1 milhões, crescimento de 113,0% ou R\$ 51,5 milhões referente ao montante pago em igual período de 2024. Vale ressaltar que, do valor mencionado acima, R\$ 50 milhões do total distribuído refere-se a dividendos extraordinários, refletindo o compromisso da Companhia com a remuneração de seus acionistas e a solidez de sua geração de caixa.

Passivos judiciais: O saldo de Provisões para passivos judiciais totalizou R\$ 13,9 milhões em 2025, um aumento de 32,5% decorrente principalmente do aumento de passivos tributários e trabalhistas.

Patrimônio líquido: A redução de R\$ 12,0 milhões no saldo do patrimônio líquido no exercício de 2025 é explicada basicamente pela distribuição de dividendos extraordinários de R\$ 50 milhões e pelo aumento do capital social, parcialmente compensados pelo lucro líquido do exercício. O patrimônio líquido totalizou R\$ 465,1 milhões ante R\$ 477,1 milhões em 2024.

Capital Social: O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2025, foi de R\$ 279,2 milhões (+21,8% vs. 2024), composto por 41,8 milhões de ações ordinárias, sem valor nominal.

Reservas de lucro: O saldo de reservas de lucro em 31 de dezembro de 2025 totalizou R\$ 170,8 milhões, uma redução em relação aos R\$ 243,5 milhões registrados em 2024, refletindo a distribuição de dividendos extraordinários no exercício.

Ações em tesouraria: Em 31 de dezembro de 2025, estavam mantidas em tesouraria 451 mil (519 mil em 31 de dezembro de 2024), redução de 68 mil ações de emissão da Companhia, redução explicada pelo plano de retenção baseado em ações.

Fluxo de caixa

Abaixo, o comportamento do fluxo de caixa gerado pela Companhia bem como a aplicação dos recursos e suas fontes, com análise da variação dos últimos exercícios sociais.

Demonstração do fluxo de caixa

Em milhares de reais

	31/12/2025	31/12/2024	Var. (%)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	106.051	91.177	16,3%
Caixa gerado pelas atividades operacionais	162.324	208.102	-22,0%
Juros pagos	(1.812)	-4.672	61,2%
Imposto de renda e contribuição social pagos	(27.919)	-27.262	-2,4%
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	132.593	176.168	-24,7%
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(81.599)	-74.467	-9,6%
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(71.577)	-80.416	11,0%
Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	60	-378	115,9%
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(20.523)	20.907	-198,2%
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	96.197	75.290	27,8%
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	75.674	96.197	-21,3%

Caixa líquido proveniente das atividades operacionais: O Caixa líquido proveniente das atividades operacionais em 31 de dezembro de 2025 reduziu em R\$ 43,6 milhões em relação ao exercício anterior, totalizando R\$ 132,6 milhões ante R\$ 176,2 milhões em 2024. Essa redução reflete principalmente a variação negativa em outros ativos e passivos de R\$ 14,5 milhões (ante variação positiva de R\$ 46,4 milhões em 2024), associada aos maiores dispêndios incorridos no período relacionados ao lançamento da operação internacional nos Estados Unidos, incluindo investimentos em infraestrutura tecnológica, conformidade regulatória, marketing e estruturação operacional. Desconsiderando esses efeitos, o caixa operacional recorrente teria atingido R\$ 160,1 milhões em 2025.

Caixa aplicado nas atividades de investimento: O Caixa aplicado nas atividades de investimento em 31 de dezembro de 2025 teve um aumento de R\$ 7,1 milhões, totalizando R\$ 81,6 milhões ante R\$ 74,5 milhões em 2024, basicamente explicado pela variação referente ao investimento de R\$ 5,9 milhões em ativo intangível e a R\$ 1,2 milhão em ativo imobilizado.

Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento: O Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento em 31 de dezembro de 2025 apresentou redução de R\$ 8,8 milhões, totalizando R\$ 71,6 milhões ante R\$ 80,4 milhões em 2024. A variação é explicada pelo ingresso de R\$ 85,0 milhões em empréstimos e financiamentos — referentes à captação estruturada pela subsidiária CSU International em dólares americanos — e pelo expressivo aumento dos dividendos pagos e juros sobre o capital próprio (JCP), que totalizaram R\$ 115,9 milhões no período ante R\$ 34,5 milhões em 2024, refletindo a distribuição de R\$ 50 milhões em dividendos extraordinários. Em contrapartida, houve menor desembolso com amortização de passivos de arrendamento, que somou R\$ 36,5 milhões ante R\$ 40,9 milhões em 2024.

2.2. Resultado operacional e financeiro

a) Resultados das operações da Companhia, em especial:

- i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e
- ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

As receitas da Companhia são provenientes, principalmente, da prestação de serviços de gestão e processamento de pagamentos digitais para emissores e adquirentes, serviços de fidelização e incentivo, *embedded finance*, soluções de hiperautomação de processos de negócios baseadas em inteligência artificial (plataforma HAS), gestão de processos de negócios (BPM) e *digital experience*. A Companhia atua por meio de duas verticais de negócios — CSU Pays e CSU DX — com possibilidade de oferta multigeográfica, incluindo operação nos Estados Unidos.

A receita proveniente do serviço relacionado a pagamentos digitais está em sua maioria vinculada ao número de unidades de contas e cartões disponíveis para faturamento, de forma combinada com a quantidade de transações processadas mensalmente pela Companhia em suas diferentes plataformas. Na vertical CSU DX, a receita é derivada da gestão de processos de *front-office*, *middle-office* e *back-office* de alta complexidade tecnológica, incluindo as soluções de hiperautomação da plataforma HAS, cujo modelo combina infraestrutura, pessoas e tecnologia.

Eventualmente, podem ocorrer conquistas de novos clientes, através dos esforços comerciais da Companhia. Da mesma forma, saídas pontuais de atuais clientes da base processada podem ocorrer, seja por descontinuidade ou pela não renovação de seus contratos. Historicamente, a Companhia tem comprovado sua vitalidade organizacional em expandir sua base de cartões processados e faturados, incluindo a entrada em novos segmentos de processamento de meios eletrônicos de pagamento (Pix, Pix parcelado e criptomoedas), bem como em ampliar o escopo de atuação da CSU DX por meio de soluções de hiperautomação e inteligência artificial.

2025

Os avanços conquistados em 2025 consolidam o ciclo de transformação estruturado ao longo dos últimos anos, com foco em inovação, eficiência, expansão geográfica e ampliação da oferta de produtos. Esse processo fortaleceu e expandiu a relação com nossos clientes, atraiu mais empresas a contratarem nossos serviços e destacou ainda mais nossa posição de liderança no setor. Conforme destacado abaixo, o desempenho operacional e financeiro do ano reflete essa trajetória:

- Foram 20 novos contratos conquistados ao longo do ano — 10 na CSU Pays e 10 na CSU DX — ampliando a carteira de clientes e diversificando as fontes de receita, com destaque para 6 novos contratos contemplando a tecnologia HAS, sendo 4 com novos clientes;
- Ultrapassamos 37,5 milhões de contas e cartões dos quais 23,2 milhões estão aptos para faturamento (+3,7% vs. 4T24) elevando a taxa de ativação geral da Companhia para 62%;
- Nossa Receita expandiu +9,8% e somou o recorde histórico de R\$ 623,5 milhões;
- Nosso Lucro Bruto totalizou o valor recorde de R\$ 257,9 milhões, R\$ 18,5 milhões ou +7,7% superior a 2024.

Valendo-se dessa destacada performance financeira, a empresa intensificou seus investimentos em frentes estratégicas direcionadas a três pilares: (i) fortalecimento dos times, com a incorporação de profissionais seniores nas áreas Comercial, Produtos e Tecnologia, (ii) expansão do uso de inteligência artificial no desenvolvimento de soluções que impulsionam o volume de transações e elevam a eficiência operacional, e (iii) lançamento da operação internacional nos Estados Unidos, contemplando infraestrutura tecnológica, conformidade regulatória e ações de marketing e posicionamento de marca.

Mesmo com esse maior patamar de dispêndio, a empresa apresentou expressivos indicadores de lucratividade e rentabilidade:

- EBITDA Recorrente cresceu 9,8% e somou R\$ 228,1 milhões em relação a 2024;
- Lucro Líquido atingiu o recorde de R\$ 106,1 milhões (+16,3% vs. 2024);
- ROE, ROIC e ROCE atingiram, respectivamente, 22%, 21% e 20%;

Estamos confiantes que essas iniciativas representam oportunidades promissoras de criação de valor ao habilitarem novas e relevantes competências em temas cada vez mais essenciais em nossa indústria, como principalidade, hiperautomação, personalização via inteligência artificial e transações sem fronteiras.

Nosso compromisso é realizar essa expansão do volume de investimentos em novas tecnologias e novas regiões de maneira gradual e sustentável, preservando os resultados que alcançamos até o momento. Essa estratégia permitirá que o crescimento alcançado nos negócios correntes seja usado para financiar as novas iniciativas, até que essas novas frentes gerem resultados financeiros suficientes para seu autofinanciamento.

A Administração reafirma que permanece firme em sua estratégia, buscando equilibrar crescimento e solidez financeira em todas as frentes. Vale comentar que o total de proventos pagos referentes aos resultados de 2025 totalizaram R\$ 97,1 milhões, crescimento de +113,0% referente ao montante pago em igual período de 2024. Do valor mencionado, R\$ 50 milhões referem-se a dividendos extraordinários, refletindo o compromisso da Companhia com a remuneração de seus acionistas e a solidez de sua geração de caixa, mesmo diante dos investimentos estratégicos realizados ao longo do exercício.

b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação;

A Companhia reconhece as receitas a partir da efetiva prestação de serviços, seja de processamento de contas e cartões, transações em múltiplos meios de pagamento, posições de atendimento disponibilizadas, processos gerenciados via hiperautomação ou programas de fidelidade e incentivo geridos.

As variações de receita da Companhia são em grande parte vinculadas ao número de unidades de contas e cartões disponíveis para faturamento, de forma combinada com a quantidade de transações processadas em nossas diferentes plataformas, trazendo bastante previsibilidade à nossa receita, na Unidade de Negócios CSU Pays. Na Unidade de Negócios CSU DX, a receita é derivada da gestão de processos de negócios e das soluções de hiperautomação da plataforma HAS, cujo crescimento está vinculado ao volume de interações e processos gerenciados, bem como à celebração de novos contratos.

Nossas receitas de vendas são impactadas pela variação nos índices de inflação que corrigem os nossos contratos de serviços. Os contratos de prestação de serviços são usualmente indexados aos índices IPCA ou IGP-M, ou mesmo atrelados aos acordos coletivos dos sindicatos da categoria (contratos intensivos em mão de obra). A Companhia não auferir receitas em moeda estrangeira ou indexada a qualquer variação cambial.

c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

Os principais indexadores que afetam o plano de negócios da Companhia são o IPCA, IGP-M e o CDI. O IPCA e IGP-M são índices corriqueiramente utilizados nos contratos de fornecimento da Companhia, enquanto o CDI indexa a quase totalidade dos contratos de financiamento.

Outros eventos relevantes são o dissídio coletivo do setor de *costumer experience/ contact center*, com impacto sobre o plano de negócios da Unidade CSU DX, em mão de obra, e reajustes sobre tarifas de correio, com impacto sobre a Unidade de Negócios CSU Pays, mas que estes tendem a ser mais baixos, dado o forte processo de digitalização de ambos os tipos de serviços. Em 2025, o dissídio coletivo de 7,7% — acima do previsto — pressionou os custos com pessoal em ambas as unidades de negócios. Adicionalmente, a reoneração gradual da folha de pagamentos (Lei nº 14.973/24), vigente desde o início de 2025, elevou os encargos trabalhistas e representou impacto relevante sobre custos e despesas no período.

A partir de 2025, com o início da operação internacional nos Estados Unidos e a captação de dívida em dólares americanos pela subsidiária CSU International (taxa de juros de 6% a.a.), a Companhia passou a ter exposição cambial, ainda que de forma controlada. Essa captação refletiu condições significativamente mais competitivas em relação às taxas disponíveis no mercado brasileiro em um ambiente de juros elevados, permitindo financiar a expansão internacional com maior eficiência de custo.

2.3. Os diretores devem comentar:

- a) **Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2;**

Não houve mudanças de práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos

- b) **Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor.**

Não houve ressalvas ou parágrafos de ênfase no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do último exercício social.

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional;

A Companhia não constituiu, adquiriu ou alienou participação operacional.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária;

A Companhia não constituiu, adquiriu ou alienou participação societária com impactos nas suas demonstrações financeiras ou resultados.

c) Eventos ou operações não usuais.

A Companhia não passou por eventos ou realizou operações não usuais que possam impactar suas demonstrações financeiras ou resultados.

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

- a) Informar o valor das medições não contábeis;
- b) Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas;

Milhares de R\$	2025
Lucro líquido	106.051
(+) Resultado Financeiro Líquido	1.335
(+) Imposto de Renda e CSLL	5.221
(+) Depreciação e Amortização	62.120
EBITDA	174.727
Margem EBITDA	28,0%

Milhares de R\$	2025
Receita líquida (a)	623.529
Receita recorrente (b)	616.836
Percentual de recorrência (b/a)	98,9%

Milhares de R\$	2025
Lucro bruto	257.852
(+) Depreciação e Amortização (custos)	54.707
Contribuição Bruta	312.559
Contribuição %	50,1%

Milhares de R\$	2025
Balanco patrimonial (ativo circ.): Caixa e equivalentes de caixa	75.674
(-) Balanco patrimonial (passivo circ.): Depósitos	19.611
Caixa livre	56.063

- c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações.

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*, ou Lucro Antes de Juros e Despesas Financeiras Líquidas, Impostos, Depreciação e Amortização) é um indicador financeiro utilizado para avaliar o resultado de empresas sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e outros impactos contábeis sem reflexo direto no fluxo de caixa da empresa. O EBITDA é uma informação adicional às demonstrações financeiras da Companhia e não deve ser utilizado em substituição aos resultados auditados.

O EBITDA é utilizado como uma medida de desempenho pela administração, motivo pelo qual a Companhia entende ser importante a sua inclusão neste Formulário de Referência. A administração da Companhia acredita ser uma medida prática para aferir seu desempenho operacional e permitir uma comparação com outras Companhias do mesmo segmento, ainda que outras empresas possam calculá-lo de maneira distinta.

A receita recorrente é uma métrica não contábil que desconsidera as receitas não correntes como ordens de serviços (“OS”) relacionadas às implantações e outros da Unidade CSU Pays.

A Contribuição Bruta é uma métrica não contábil que considera a resultante de receita líquida deduzida dos custos, excluindo depreciação e amortização inerentes aos mesmos. A administração da Companhia entende que tal indicador demonstra de maneira mais adequada o resultado da contribuição de cada um de seus negócios, ao considerar apenas os custos de fato operacionais e diretamente alocáveis, permitindo melhor comparação dos retornos imediatos por serviço e, assim, desconsidera os valores de depreciação e amortização que dependem mais das decisões de investimento do que de fato representarem custos de operação.

O Caixa livre é a resultante de caixas e equivalentes de caixa (Balanço patrimonial, ativo circulante) deduzido de depósitos (Balanço patrimonial, passivo circulante). Estes depósitos registrados em passivo referem-se às obrigações junto a clientes por saldos de contas digitais pré-pagas dos clientes das soluções de *embedded finance*. A administração da Companhia entende que tal indicador demonstra de maneira mais adequada a sua própria posição de caixa e equivalentes de caixa.

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente.

A Companhia não passou por eventos subsequentes que alterem substancialmente as demonstrações financeiras de encerramento do exercício social de 2025.

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a) Regras de retenção de lucros;

Dos lucros líquidos ajustados, apurados de acordo com o artigo 202 da Lei 6.404/76, serão destinados 5% (cinco por cento), para a Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social. Caso o saldo das reservas de lucros ultrapasse o capital social, a Assembleia Geral deliberará sobre aplicações do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou, ainda, na distribuição de dividendos adicionais aos acionistas.

b) Regras das distribuições de dividendos;

Dos lucros líquidos ajustados, apurados de acordo com o artigo 202 da Lei 6.404/76 e, após as retenções de lucros, será distribuído aos acionistas dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido ajustado. Adicionalmente, poderão ser pagos dividendos e juros sobre o capital próprio, na forma da legislação vigente, os quais serão imputados ao montante dos dividendos distribuídos.

c) Periodicidade das distribuições de dividendos;

Os dividendos propostos pela administração serão deliberados anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, podendo também ser deliberados dividendos intermediários à conta de lucros apurados nos balanços intermediários e à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral aprovado em assembleia.

d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais;

Não há.

e) Se a Companhia possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

Não há.

2.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

- a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:
 - i. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos;
 - ii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;
 - iii. Contratos de construção não terminada;
 - iv. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos.
- b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

A administração entende que não possui ativos “*off-balance*” relevantes ou que possam impactar os resultados futuros da Companhia, assim como não possui outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

2.9. Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

- a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;
- b) Natureza e o propósito da operação;
- c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

A administração entende que não possui ativos “*off-balance*” relevantes ou que possam impactar os resultados futuros da Companhia, assim como não possui outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

2.10. Plano de Negócios

- a) Investimentos, incluindo:
 - i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;
 - ii. Fontes de financiamento dos investimentos;
 - iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.
- b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor;
- c) Novos produtos e serviços, indicando:
 - i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;
 - ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;
 - iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados;
 - iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.
- d) Oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia relacionadas a questões ASG.

O plano de investimentos da Companhia a ser financiado por meio de geração de caixa próprio proveniente das atividades operacionais, está relacionado principalmente a: (i) investimentos em tecnologia – hardware, software e customizações de sistemas – nas operações de pagamentos digitais, hiperautomação de processos (HAS) e em *customer experience* (CX) e áreas corporativas; (ii) benfeitorias e mobiliário na unidade de CX para montagem das operações dos nossos clientes; (iii) aprimoramento dos serviços de *embedded finance* providos pela unidade CSU Pays.

A seguir, apresentamos tabela dos investimentos (CAPEX) realizados no último ano, sendo que o negócio de *embedded finance* está consolidado na linha CSU Pays.

Investimentos (R\$ mil)	2025
CSU Pays	75.686
CSU DX	5.362
Corporativo	3.671
CAPEX Total	84.719
% da Receita Líquida (*)	13,6%

(*) com base na receita líquida total apresentada no ano de 2025

CAPEX 2025

Em 2025, os investimentos totalizaram R\$ 84,7 milhões ante R\$ 76,0 milhões em 2024, aumento de R\$ 8,7 milhões (+11,5% vs. 2024). Em linha com o histórico, os investimentos representaram 13,6% da receita líquida. O volume de investimentos em ativos tangíveis e intangíveis apresentado nos últimos anos advém da evolução dos projetos estruturantes e inovadores que incluem as novas modalidades e funcionalidades de pagamentos digitais, as soluções de *embedded finance*, os maiores valores dedicados para elevar a robustez de nossa infraestrutura de dados e segurança, o produto de hiperautomação de esteiras de processos da CSU DX (HAS), o uso massivo de IA para a frente de pagamentos (CSU Pays) e à nossa expansão internacional.

- CSU Pays (90% do total em 2025): No ano, o Capex totalizou R\$ 75,7 milhões ante R\$ 68,9 milhões em 2024, aumento de R\$ 6,8 milhões (+9,8% vs. 2024). A variação é motivada por maiores investimentos em evoluções de nossas soluções de gestão de fluxos de transações financeiras, assim como customizações especiais em nossa plataforma CSU *Switcher* para suportar demandas de clientes. Também contribuíram os maiores investimentos para estruturação das operações *cross-border* e no desenvolvimento de aplicações de

inteligência artificial para pagamentos, integrando os múltiplos pontos de contato e fontes de dados, fortalecendo a performance das transações e as soluções de prevenção a fraudes.

- CSU DX (6% do total em 2025): No ano, totalizou R\$ 5,4 milhões ante R\$ 3,4 milhões em 2024, um aumento de R\$ 2,0 milhões (+56,5% vs. 2024), refletindo os maiores investimentos para atender as evoluções do HAS.
- Corporativo (4% do total em 2025): No ano, totalizou R\$ 3,7 milhões, em linha com o registrado em 2024.

Com relação a questões ASG, a CSU possui iniciativas de uso eficiente de recursos naturais e descarte apropriado de resíduos, mas não oferece riscos ou impactos muito expressivos ao meio ambiente por atuar no setor de serviços de tecnologia. As ações e o monitoramento de indicadores são conduzidos pela superintendência de tecnologia de informação e infraestrutura, que consolida as informações e, mensalmente reporta aos gestores.

Como parte das iniciativas está a disseminação pelos “agentes de infra” de questões ligadas à infraestrutura e conscientização das equipes acerca do uso de recursos naturais. O time é formado por colaboradores de diversas áreas da companhia que atuam como facilitadores e realizam rondas, registram chamados e observam controles de disponibilidade elétrica, funcionalidade de catraca, entre outros itens de forma a melhorar a gestão dos indicadores.

A CSU vem registrando redução no consumo de energia em virtude da substituição da iluminação por lâmpadas fluorescentes pelas de tipo “LED”. Também, por revisões nos *retrofits* de equipamentos de ar-condicionado para melhor eficiência energética. Adicionalmente, a companhia realiza campanhas de conscientização contra o desperdício de água, realizando abastecimentos através de poço artesiano, usando de forma mais eficiente este recurso e reduzindo seu consumo. Os principais materiais utilizados pela CSU são papéis, produtos de limpeza e sabonetes. Em função disso, temos campanhas internas de conscientização e um contrato unificado com prestadores de serviços de limpeza, manutenção e segurança, o que garante a otimização dos recursos. Os sedimentos são coletados por uma empresa parceira com todas as licenças e certificações necessárias, que efetua a sua separação por tipo de resíduo, realizando o descarte adequado. Lâmpadas e eletrônicos da CSU também são descartados via companhias certificadas, em linha com as leis ambientais.

Ainda, a CSU possui o Instituto CSU, que é uma entidade sem fins lucrativos, responsável pela gestão dos projetos sociais da companhia, capacitando profissionais para o mercado via inclusão social e digital, com cursos gratuitos de informática que utilizam equipamentos de última geração com professores qualificados. Já foram capacitadas mais de 30 mil pessoas, entre jovens, mulheres, aposentados e trabalhadores com necessidades especiais.

Finalmente, a CSU tem suas ações, desde sua estreia na bolsa, no segmento do Novo Mercado, que é o mais alto nível de governança corporativa no mercado acionário brasileiro. Desta forma, a companhia se compromete voluntariamente a cumprir práticas de boa governança corporativa e maior divulgação de informações em relação àquelas já impostas pela legislação brasileira. Adicionalmente, possuímos programas de promoção e controle de conduta ética nos negócios, além de um programa de conformidade e combate à corrupção, inclusive com procedimentos de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo (PLDFT).

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não foram identificados outros fatores além dos já comentados nos itens anteriores.

Anexo III – Anexo A da Resolução CVM 81/22

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido ajustado, para fins de destinação de dividendos e constituição de reservas, foi:

	2025	2024	2023
Lucro líquido do exercício	106.051	91.177	88.423
(-) Saldo de prejuízos acumulados	-	-	-
Lucro ou prejuízo ajustado	106.051	91.177	88.423

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

	2025	2024	2023
Montante global de dividendos	97.100	45.589	44.412
Valor por ação dos dividendos	2,348590000	1,104466899	1,071807195

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

	2025	2024	2023
Percentual distribuído do:			
lucro líquido do exercício	92%	50%	50%
lucro líquido ajustado (após a destinação da Reserva Legal)	96%	53%	53%

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

	2025	2024	2023
Com base em exercícios anteriores			
Montante global de dividendos	Não houve	Não houve	Não houve
Valor por ação dos dividendos	Não houve	Não houve	Não houve

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe
- A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio
- Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio
- Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Ratificação dos dividendos intermediários distribuídos aos acionistas, conforme tabela abaixo e já pagos:

Provento	Deliberado em	Negócios com até	Data Ex-provento	Valor Bruto (em R\$ mil)	Valor por Ação ON (em R\$)	Relativo a	Data do Pagamento
Dividendo	16/12/25	19/12/2025	22/12/2025	50.000	1,209228591	2025	30/12/2025

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

A Administração da Companhia propôs, em reunião do Conselho da Administração realizada em 9 de março de 2026, a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de proventos referentes a 2025.

Com isso, foi proposta com base nos resultados operacionais e financeiros até dezembro, a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de proventos referentes ao exercício encerrado, já pagos na forma de Juros sobre Capital Próprio ("JCP") ao longo de 2025, conforme deliberado na tabela abaixo:

(em R\$ Mil)	Pagos em	JCP	Impostos	Valor Líquido
RCA 31/03/2025	15/04/2025	6.900	(845)	6.055
RCA 25/06/2025	15/07/2025	7.100	(865)	6.235
RCA 29/09/2025	15/10/2025	7.100	(863)	6.237
RCA 16/12/2025	30/12/2025	26.000	(3.185)	22.815
		47.100	(5.758)	41.342

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

(em R\$)	2025	2024	2023
Lucro líquido do exercício por ação ordinária	2,5647	2,2087	2,1433

b) Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

(em R\$)	2025	2024	2023
Dividendos por ação ordinária	1,1961	0,4382	0,4196
Juros sobre capital próprio por ação ordinária	1,1267	0,6663	0,6522
Total	2,3229	1,1045	1,0718

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a) Identificar o montante destinado a reserva legal

b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

(em R\$ Mil)	2025	2024	2023
Lucro líquido do exercício	106.051	91.177	88.423
(-) Reserva legal - 5%	5.302	4.559	4.421
Lucro líquido ajustado	100.749	86.618	84.002

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

- Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos
- Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos
- Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa
- Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais
- Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

A Companhia está lista no Novo Mercado da B3, portanto não possui ações preferenciais.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

25%, no mínimo, do lucro líquido ajustado, calculado de acordo com o artigo 202 da Lei 6.404/76, para distribuição aos acionistas a título de dividendo obrigatório.

b) Informar se ele está sendo pago integralmente

A Companhia já efetuou o pagamento de juros sobre capital próprio, a partir do ano de 2025, a saber, em 15/04/2025 referente ao 1T25, em 15/07/2025 referente ao 2T25, em 15/10/2025 referente ao 3T25 e em 30/12/2025 referente ao 4T25, totalizando o montante bruto de R\$ 47,1 milhões (R\$ 1,13477 por ação), referentes ao exercício de 2025 – a serem imputados ao dividendo mínimo obrigatório – e foram pagos dividendos complementares de R\$ 50,0 milhões (R\$ 1,20923 por ação), em 30/12/2025, perfazendo um montante total de R\$ 97,1 milhões em proventos, correspondentes a 92% do lucro líquido do período (ou 96% do lucro líquido ajustado).

c) Informar o montante eventualmente retido

Não houve.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a) a. Informar o montante da retenção

b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

c) Justificar a retenção dos dividendos

Não houve.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a) Identificar o montante destinado à reserva

b) Identificar a perda considerada provável e sua causa

c) Explicar por que a perda foi considerada provável

d) Justificar a constituição da reserva

Não houve.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

b) Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não houve.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

b) Identificar o montante destinado à reserva

c) Descrever como o montante foi calculado

Não houve.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a) Identificar o montante da retenção

(em R\$ Mil)	2025	2024	2023
Montante destinados a Reserva de retenção de lucros (*)	3.649	41.029	33.107

(*) Valores líquidos do montante de dividendo complementar proposto

b) Fornecer cópia do orçamento de capital

Nos termos do parágrafo 2º do Artigo 196 da Lei 6.404/76, submetemos à deliberação de V.Sas. o Orçamento de Capital da CSU Digital S.A. para o exercício de 2026, no valor de R\$ 94,4 milhões, conforme fontes de financiamento abaixo:

INVESTIMENTOS 2026:

Descrição	(em R\$ Mil)
CSU Pays¹	
Tecnologia (hardware/software/Customizações)	82.496
CSU DX²	
Tecnologia (hardware/software/Customizações)	7.317
Corporativo	
Tecnologia (hardware/software) e Outros	4.591
Total	94.405

- Os investimentos em software, customizações e hardware na CSU Pays representam a estimativa da Administração dos valores a serem despendidos em novos produtos, atualização dos sistemas atuais da Companhia e implantação de prospects.
- Os investimentos da unidade CSU DX destinam-se principalmente aos desembolsos para a implantação do produto HAS (tecnologia de hiperautomação para altos volumes de processos) para prospects.

USO E FONTE DE RECURSOS:

Descrição	(em R\$ Mil)
Usos	
Plano de Investimentos	94.405
Redução de dívida líquida	54.752
Pagamentos de Dividendos Complementares – ref. 2025	50.000
Pagamentos de JCP – ref. 2025	47.100
Total	246.257
Fontes	
Fluxo de caixa Operacional	246.257
Total	246.257

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a) Informar o montante destinado a reserva

b) Explicar a natureza da destinação

Não houve.

ANEXO IV – Itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência

7.3 Composição e experiências profissionais da Administração e do Conselho Fiscal

Conselho de Administração

a) Nome	MARCOS RIBEIRO LEITE	ANTONIO KANDIR	ANTONIO MARTINS FADIGA	RUBENS ANTONIO BARBOSA	RICARDO JOSÉ RIBEIRO LEITE
b) Data de nascimento	04/10/1959	02/05/1953	30/05/1954	13/06/1938	25/07/1956
c) Profissão	Administrador de Empresas	Engenheiro	Publicitário	Consultor de Negócios	Administrador de Empresas
d) CPF	038.755.268-56	146.229.631-91	896.986.308-72	090.564.241-49	940.246.858-72
e) Cargo eletivo ocupado	Conselheiro	Conselheiro Independente	Conselheiro Independente	Conselheiro Independente	Conselheiro
f) Data de eleição	29/04/2024	29/04/2024	29/04/2024	29/04/2024	29/04/2024
g) Data da posse	29/04/2024	29/04/2024	29/04/2024	29/04/2024	29/04/2024
h) Prazo do Mandato	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos	2 anos
i) Indicado pelo Controlador	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
j) Membro independente	Não.	Sim. Utilizado o critério definido no Estatuto Social da Companhia.	Sim. Utilizado o critério definido no Estatuto Social da Companhia.	Sim. Utilizado o critério definido no Estatuto Social da Companhia.	Não.
k) Número de mandatos consecutivos	18	9	12	17	1
l) Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Diretor Presidente	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui

Marcos Ribeiro Leite

Graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas. É sócio fundador da Companhia e atual CEO e Membro do Conselho de Administração. É administrador da Anapurus Comércio e Participações Ltda. Possui longa experiência no ramo de cartões de crédito, tendo atuado na vice-presidência financeira e comercial da empresa Credicard. A Anapurus Comércio e Participações não integra o grupo econômico do emissor e é controlada por acionista do emissor. Não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM 50/21.

Antônio Kandir

Foi Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento, Deputado Federal, Presidente do Conselho Nacional de Desestatização, Governador Brasileiro no BID, Secretário Especial de Política Econômica, Presidente do IPEA, diretor da Kandir e Associados S/C Ltda. e coordenador de estudos da Itaú Planejamento e Engenharia. Trabalhou também como professor da Unicamp, da PUC/SP e Assistant Faculty Fellow na Universidade de Notre Dame e gerenciou Fundos de Investimentos. Formado em Engenharia Mecânica de Produção da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, Mestre em Economia pela UNICAMP e Doutor em Economia pela UNICAMP. Participa dos conselhos de administração das empresas AEGEA, CPFL, COIMEX, MRV e INTER&CO. As empresas mencionadas não integram o grupo econômico do emissor e não são controladas por acionistas do emissor. Não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM 50/21, e, após análise pelo Conselho de Administração, foi ratificado o seu enquadramento como independente nos termos dos Artigos 16 e 17 do Regulamento do Novo Mercado.

Antonio Martins Fadiga

Formado em Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP), iniciou a carreira como profissional de marketing e trabalhou em agências reconhecidas como BBDO, Leo Burnett, Young & Rubicam e Fischer. Fez especialização em Marketing pela FGV e diversos cursos de gestão em New York, Toronto e Londres e comandou, além de propaganda, grupos de empresas especializadas nas diferentes disciplinas de comunicação. Indicado ao Prêmio Caboré em Atendimento & Planejamento, e, mais recentemente, como Dirigente da Indústria da Comunicação; Profissional do Ano pela APP; Profissional do Ano e Publicitário do Ano pelo Prêmio Colunistas; e um dos dez profissionais mais reconhecidos do mercado, de acordo com profissionais de Marketing, pelo estudo Agency Scope, em 2012 e em 2018 (Scopen). Desde o início de 2014, assumiu a Artplan, maior agência de publicidade do mercado com capital 100% nacional, em São Paulo, como sócio e CEO. Em 2019, passou a liderar também o escritório do Rio de Janeiro e, em 2022, a operação de Brasília. Recentemente, o profissional foi promovido a Presidente da agência. Fadiga também é sócio da Holding do Grupo Dreamers, que conta com 18 empresas. Não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM 50/21, e, após análise pelo Conselho de Administração, foi ratificado o seu enquadramento como independente nos termos dos Artigos 16 e 17 do Regulamento do Novo Mercado

Rubens Antonio Barbosa

Com mestrado da "London School of Economics and Political Science" em 1971, Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda; Subsecretário-Geral de Integração, Comércio Exterior e Assuntos Econômicos do Ministério das Relações Exteriores e Coordenador da Seção Brasileira do Grupo do Mercosul; Principal negociador pelo Brasil da Rodada Uruguai no então GATT até 1999; Presidente da Associação dos Países Produtores de Café (APPC); Embaixador do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) (1987-1990); Embaixador do Brasil em Londres de 1994 a 1999 e Embaixador em Washington de 1999 a 2004. Colunista do jornal Estado de São Paulo, é autor, entre outros, O Dissenso de Washington (2011) e Interesse Nacional e Visão do Futuro (2012), Um diplomata a serviço do Estado (2018) e o Lugar do Brasil no mundo (2022). Membro da Academia Paulista de Letras. Funções atuais: Consultor de negócios; Presidente da Associação Brasileira da Indústria do Trigo (ABITRIGO), do Centro de Estudos de Defesa e Segurança Nacional e do Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior (IRICE); Presidente Emérito do CEBEU – Conselho Empresarial Brasil – Estados Unidos; Membro do Conselho Deliberativo da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB); Membro do Gacint - Grupo de Análise da Conjuntura Internacional da USP; Integrante de diversos outros Conselhos, como da empresa CSU Digital S.A e Veirano Advogados; Editor responsável pela revista Interesse Nacional. Não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Ricardo José Ribeiro Leite

Graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, pós-graduado em Finanças Pessoais pela FEA/USP em 2003. Atuou por 17 anos no Citibank, onde ocupou os cargos de diretor da área de Financiamentos Corporativos e Leasing. Ingressou no grupo CSU em 1998 como membro do Conselho de Administração. Ricardo José Ribeiro Leite é irmão de Marcos Ribeiro Leite. Não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM 50/21.

7.5 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a) Administradores da Companhia;
- b) (i) Administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia;
- c) (i) Administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia;
- d) (i) Administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

	Administrador do emissor ou controlada	Pessoa relacionada
Nome	Marcos Ribeiro Leite	Ricardo José Ribeiro Leite
Cargo	Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente, além de controlador indireto e administrador de sociedade controladora direta do emissor	Membro do Conselho de Administração, além de administrador de sociedade controladora indireta do emissor
CPF	038.755.268-56	940.246.858-72
Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CSU Digital S.A.	
CNPJ	01.896.779/0001-38	
Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada	Irmão (1º grau por consanguinidade)	

7.6 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia e:

- Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia, com exceção daquelas em que a Companhia detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social;
- Controlador direto ou indireto da Companhia;
- Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

Exercício Social 31/12/2025		Administrador do emissor ou controlada	Pessoa relacionada
Nome		Marcos Ribeiro Leite	Greenville Delaware LLC
Cargo		Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente	O administrador é controlador indireto da sociedade sem desempenhar função executiva.
CPF / CNPJ		038.755.268-56	23.516.753/0001-50
Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada		Controle	
Tipo de pessoa relacionada		Controlador Direto	
Observação		-	

Exercício Social 31/12/2024		Administrador do emissor ou controlada	Pessoa relacionada
Nome		Marcos Ribeiro Leite	Greenville Delaware LLC
Cargo		Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente	O administrador é controlador indireto da sociedade sem desempenhar função executiva.
CPF / CNPJ		038.755.268-56	23.516.753/0001-50
Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada		Controle	
Tipo de pessoa relacionada		Controlador Direto	
Observação		-	

Exercício Social 31/12/2023		Administrador do emissor ou controlada	Pessoa relacionada
Nome		Marcos Ribeiro Leite	Greenville Delaware LLC
Cargo		Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente	O administrador é controlador indireto da sociedade sem desempenhar função executiva.
CPF / CNPJ		038.755.268-56	23.516.753/0001-50
Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada		Controle	
Tipo de pessoa relacionada		Controlador Direto	
Observação		-	

Anexo V – Item 8 do Formulário de Referência

8. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

- a) Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:**

Os critérios de remuneração aplicados aos postos-chave da Companhia – aqueles ocupados por membros do Conselho de Administração, Comitês de Assessoramento, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal – serão pautados por princípios éticos e de meritocracia, compatíveis com a responsabilidade de cada cargo e senioridade de cada membro, bem como pela valorização das diferentes estruturas funcionais da Companhia e garantia de competitividade perante o mercado. Esta política foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração, em 19 de março de 2024, e abrange membros do Conselho de Administração, Comitês de Assessoramento, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal.

- b) Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:**

- i. Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam*

A remuneração e demais benefícios dos integrantes dos órgãos de Administração, inclusive do Conselho de Administração, é fixada anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, observadas as prescrições legais.

- ii. Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos*

Para assegurar que a prática de remuneração esteja em conformidade com a legislação, normas e regulamentos que disciplinam o assunto, a metodologia utilizada para avaliação da remuneração individual leva em consideração: (i) as responsabilidades dos administradores, considerando os diferentes cargos que ocupam e as funções que desempenham; (ii) o tempo dedicado às suas funções; (iii) a competência e reputação profissional, tendo em vista a sua experiência e qualificação; e (iv) o valor de seus serviços praticados no mercado.

- iii. Com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor*

A revisão da política ocorrerá sempre que houver necessidade de adequação de algum tema, não ficando pré-fixado prazo específico de revisão.

- c) Composição da remuneração, indicando:**

- i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles, incluindo:*

- seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

Para os objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo:

Curto Prazo: Remuneração fixa com base nos parâmetros atualizados de mercado, de forma a atrair profissionais qualificados para atender as expectativas de desempenho requeridas pela Companhia, no exercício da função. Em complemento, com isso busca-se o comprometimento dos colaboradores ocupantes de posições relevantes com o cumprimento de suas metas individuais, departamentais e estratégicas da Companhia.

Médio Prazo: Bonificação com base nos resultados em termos de lucratividade da Companhia e do cumprimento de metas individuais estabelecidas anualmente. Em complemento, com isso busca-se o cumprimento das metas individuais, departamentais e estratégicas da Companhia, resultando positivamente no atingimento do EBITDA, Lucro Bruto e Lucro Líquido da Companhia.

Longo Prazo: Possibilidade de indexação, denominada “Bônus – Parte Diferida”, de uma parte do valor da remuneração variável de médio prazo, e/ou Plano de Incentivo e Retenção Baseado em Ações. Em complemento, com isso busca-se a retenção do colaborador ocupante de posições relevantes, buscando positivos resultados econômico-financeiros que se traduzam em valorização das ações para Companhia e Beneficiários.

Estes elementos estão distribuídos de diferentes formas para cada órgão, conforme segue:

Conselho de Administração: A remuneração do Conselho de Administração é fixa, cujo pagamento é realizado de forma mensal, sendo estabelecida de acordo com o padrão de mercado, através de pesquisas e verificação junto a empresas com o ramo de atuação similar ao da Companhia.

Conselho Fiscal: A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, além do reembolso, obrigatório, das despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho da função, será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Diretores Estatutários e Não-Estatutários: A política de remuneração de seus membros é estabelecida de acordo com o padrão e práticas do mercado, procurando estabelecer formas de remuneração fixas, variáveis e benefícios, que estimulem um diferencial competitivo de desempenho e retenção dos Diretores.

Suplentes dos Conselhos e Comitês: Os suplentes dos Conselhos e Comitês farão jus à remuneração nas ocasiões em que estiverem atuando em substituição aos membros titulares. Nessa hipótese, a Companhia realizará um pagamento pro rata ao membro efetivo e suplente, calculado em função da participação de cada um, sendo certo que os pagamentos não poderão ser, individualmente, inferiores ao mínimo legal.

Membros de Comitês: Os membros dos Comitês serão remunerados de acordo com o que determinar o Conselho de Administração, não fazendo jus a qualquer remuneração em casos omissos.

- Sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais

Realizado 2025

Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	89,4%	-	67,1%	51,8%
Benefícios diretos ou indiretos	-	-	7,9%	12,3%
Remuneração por participação em Comitês	10,6%	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Remuneração variável				
Bônus	-	-	8,2%	28,7%
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em Reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	13,6%	-
Benefícios pós emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	3,1%	7,2%
Total	100,0%	-	100,0%	100,0%

Realizado 2024

Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	88,6%	-	44,4%	78,8%
Benefícios diretos ou indiretos	-	-	12,8%	9,8%
Remuneração por participação em Comitês	11,4%	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Remuneração variável				
Bônus	-	-	10,7%	10,1%
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em Reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	26,7%	-
Benefícios pós emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	5,3%	1,3%
Total	100,0%	-	100,0%	100,0%

Realizado 2023

Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	88,5%	-	40,6%	71,8%
Benefícios diretos ou indiretos	-	-	3,6%	11,4%
Remuneração por participação em Comitês	11,5%	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Remuneração variável				
Bônus	-	-	11,9%	15,1%
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em Reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	38,9%	-
Benefícios pós emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	5,1%	1,7%
Total	100,0%	-	100,0%	100,0%

- sua metodologia de cálculo e de reajuste

O Limite Global de Remuneração do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária é definido anualmente, por ocasião da Assembleia Geral Ordinária para vigência no exercício. A Remuneração do Conselho Fiscal não está incluída no Limite Global, dada a sua não instalação nos exercícios 2023, 2024 e 2025.

As remunerações são reajustadas anualmente, no mês de setembro, com base nos parâmetros de índices de mercado (INPC) para Conselho de Administração e Diretores Estatutários e, para os Diretores não Estatutários de acordo com a aplicação de Acordo ou Convenção Coletiva.

- principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

Atualmente, a Companhia trabalha com dois elementos da remuneração:

Remuneração fixa: são estabelecidos parâmetros de mercado, considerando empresas inseridas em nosso ramo de atuação.

Remuneração variável: será definida por um conjunto de metas estratégicas individuais e metas corporativas e com base nos resultados financeiros apresentados pela CSU. A apuração das metas objetivas será conjugada com avaliações, de igual peso, de competência e de performance, realizadas pelos seus gestores superiores.

O valor da premiação anual dos colaboradores elegíveis, estará sempre limitada a dotação orçamentária aprovada pelo Conselho de Administração, independentemente do score obtido entre as metas e avaliações de competência e de performance.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

Visando garantir uma remuneração competitiva e alinhada às práticas do mercado, considerando empresas inseridas em nosso ramo de atuação, a Companhia adota um modelo de composição da remuneração que concentra uma parcela entre 70% e 90% para remuneração fixa e uma remuneração variável com representatividade entre 10% e 30%.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não existem membros não remunerados.

d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos e indiretos:

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos e indiretos para os Administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, referente as funções exercidas no emissor.

e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário do emissor, tal como a alienação do controle societário do emissor:

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário do emissor, tal como alienação do controle societário da Companhia.

8.2. Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Exercício Social 2026 (proposta)	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	5,75	3,00	3,83	12,58
Número de membros remunerados	5,75	3,00	3,83	12,58
Remuneração fixa anual	1.949.290	357.150	24.268.924	26.575.363
Salário ou pró-labore	1.810.263	357.150	22.818.864	24.986.277
Benefícios diretos ou indiretos			1.450.060	1.450.060
Remuneração por participação em Comitês	139.027			139.027
Outros				
Remuneração variável	-	-	10.683.272	10.683.272
Bônus			2.345.000	2.345.000
Participação nos resultados				
Remuneração por participação em Reuniões				
Comissões				
Outros			8.338.272	8.338.272
Benefícios pós emprego				
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo			366.400	366.400
Remuneração baseada em ações	-	-	1.797.441	1.797.441
Total	1.949.290	357.150	37.116.037	39.422.477

Exercício Social 2025	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	5,00	-	3,00	8,00
Número de membros remunerados	5,00	-	3,00	8,00
Remuneração fixa anual	1.255.272	-	21.439.614	22.694.886
Salário ou pró-labore	1.122.473	-	19.183.302	20.305.775
Benefícios diretos ou indiretos	-	-	2.256.312	2.256.312
Remuneração por participação em Comitês	132.799	-	-	132.799
Outros	-	-	-	-
Remuneração variável	-	-	6.232.374	6.232.374
Bônus	-	-	2.345.000	2.345.000
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em Reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	3.887.374	3.887.374
Benefícios pós emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	898.720	898.720
Total	1.255.272	-	28.570.708	29.825.981

Exercício Social 2024	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	5,00	-	3,00	8,00
Número de membros remunerados	5,00	-	3,00	8,00
Remuneração fixa anual	1.100.910	-	11.337.879	12.438.789
Salário ou pró-labore	975.474	-	8.804.954	9.780.428
Benefícios diretos ou indiretos	-	-	2.532.925	2.532.925
Remuneração por participação em Comitês	125.436	-	-	125.436
Outros	-	-	-	-
Remuneração variável	-	-	7.428.141	7.428.141
Bônus	-	-	2.130.000	2.130.000
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em Reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	5.298.141	5.298.141
Benefícios pós emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	1.054.171	1.054.171
Total	1.100.910	-	19.820.191	20.921.101

Exercício Social 2023	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	5,00	-	4,08	9,08
Número de membros remunerados	5,00	-	4,08	9,08
Remuneração fixa anual	1.059.143	-	7.548.104	8.607.247
Salário ou pró-labore	937.331	-	6.936.204	7.873.535
Benefícios diretos ou indiretos	-	-	611.900	611.900
Remuneração por participação em Comitês	121.812	-	-	121.812
Outros	-	-	-	-
Remuneração variável	-	-	8.669.856	8.669.856
Bônus	-	-	2.026.000	2.026.000
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em Reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	6.643.856	6.643.856
Descrição de outras remunerações variáveis				
Benefícios pós emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	864.359	864.359
Total	1.059.143	-	17.082.319	18.141.462

Descrição de outras remunerações variáveis (para Diretoria Estatutária): Este montante refere-se a outras formas de remuneração variável destinadas a executivos e profissionais estratégicos da administração, condicionadas ao atingimento de metas individuais específicas das unidades de negócios, conforme o nível de responsabilidade de cada função. Tais metas podem abranger indicadores de natureza estratégica e operacional, incluindo, entre outros, volume de vendas, lucro bruto, EBITDA e lucro líquido da CSU.

8.3. Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Exercício Social 2026 (Proposta)	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	5,75	3,00	3,83	12,58
Número de membros remunerados	5,75	3,00	3,83	12,58
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração				
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração			2.345.000	2.345.000
Valor Previsto no Plano de Remuneração - Metas Atingidas			2.345.000	2.345.000
Valor Efetivamente Reconhecido				
Participação nos resultados				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração				
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração				
Valor Previsto no Plano de Remuneração - Metas Atingidas				
Valor Efetivamente Reconhecido				

Exercício Social 2025	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	5,00	0	3,00	8,00
Número de membros remunerados	5,00	0	3,00	8,00
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração				
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração			2.537.836	2.537.836
Valor Previsto no Plano de Remuneração - Metas Atingidas			2.537.836	2.537.836
Valor Efetivamente Reconhecido			2.345.000	2.345.000
Participação nos resultados				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração				
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração				
Valor Previsto no Plano de Remuneração - Metas Atingidas				
Valor Efetivamente Reconhecido				

Exercício Social 2024	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	5,00	0	3,00	8,00
Número de membros remunerados	5,00	0	3,00	8,00
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração				
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração			2.166.948	2.166.948
Valor Previsto no Plano de Remuneração - Metas Atingidas			2.166.948	2.166.948
Valor Efetivamente Reconhecido			2.130.000	2.130.000
Participação nos resultados				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração				
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração				
Valor Previsto no Plano de Remuneração - Metas Atingidas				
Valor Efetivamente Reconhecido				

Exercício Social 2023	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	5,00	0,00	4,08	9,08
Número de membros remunerados	0,00	0,00	4,08	4,08
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração				
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração			1.828.000	1.828.000
Valor Previsto no Plano de Remuneração - Metas Atingidas			1.828.000	1.828.000
Valor Efetivamente Reconhecido			2.026.000	2.026.000
Participação nos resultados				
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração				
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração				
Valor Previsto no Plano de Remuneração - Metas Atingidas				
Valor Efetivamente Reconhecido				

8.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

A condição de remuneração baseada em ações para a Diretoria Estatutária em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente se configura como Bônus Anual, podendo ser parte deste, como “Bônus – Parcela Diferida”.

Para a continuidade de uma Remuneração de Longo Prazo, a Companhia implementou o “Plano de Incentivo e Retenção Baseado em Ações”, o qual possui vigência até a transferência efetiva do montante total de 451.325 ações disponíveis em Tesouraria na data de aprovação do Plano.

a) termos e condições gerais:

<i>Plano de Incentivo e Retenção Baseado em Ações:</i>	<i>Bônus – Parcela Diferida:</i>
O Plano consiste na outorga não onerosa de ações ordinárias da Companhia, aos seus administradores e seus empregados ocupantes de posições relevantes que possam contribuir para o atingimento estratégico da Companhia. Caberá ao Conselho de Administração e aos Diretores definir quais os colaboradores elegíveis que terão direito às Ações, assim como a quantidade de Ações a que cada beneficiário terá direito. O colaborador elegível, quando empregado, deve ser formalmente indicado e aprovado pelos Diretores e quando administrador deve ser aprovado pelo Conselho de Administração. A outorga de Ações é realizada mediante a celebração de Contratos de Outorga entre a Companhia e os Beneficiários, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelos Conselhos de Administração: (a) a quantidade de Ações objeto da Outorga; e (b) os termos e condições para aquisição de direitos relacionados às Ações. O Conselho de Administração poderá subordinar a aquisição de direitos relacionados às Ações a determinadas condições, bem como impor restrições à sua transferência. Nenhuma disposição do Plano conferirá a qualquer beneficiário, o direito de permanecer como administrador ou empregado da Companhia, nem interferirá, de qualquer modo, no direito da Companhia, a qualquer tempo e sujeito às condições Legais e contratuais, rescindir o contrato de trabalho do empregado ou interromper o mandato do administrador.	O Plano consiste na distribuição de percentual do Bônus aos seus Administradores e seus colaboradores ocupantes de posições relevantes, em forma de remuneração baseada em ações. A apuração do bônus ocorre mediante atingimento de resultado da Companhia conforme descrito na seção 8.1 deste documento. O plano prevê o modelo deste pagamento diferido indexado ao valor da ação.

b) data de aprovação e órgão responsável

Plano de Incentivo e Retenção baseado em ações foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13/11/2015.

c) número máximo de ações abrangidas

<i>Plano de Incentivo e Retenção Baseado em Ações:</i>	<i>Bônus – Parcela Diferida:</i>
O número máximo de Ações que poderá ser outorgado de acordo com o Plano estará limitado a 451.325 ações, disponíveis em Tesouraria na data de aprovação do Plano.	O número máximo de ações varia de acordo com o valor da ação da Companhia na Bolsa de Valores de São Paulo – B3 – Bolsa, Brasil, Balcão, na data da concessão e com a bonificação atribuída a seus administradores e seus empregados ocupantes de posições relevantes.

d) Número máximo de opções a serem outorgadas

<i>Plano de Incentivo e Retenção Baseado em Ações:</i>	<i>Bônus – Parcela Diferida:</i>
O número máximo de Ações que poderá ser outorgado de acordo com esse Plano estará limitado a 451.325 ações, disponíveis em Tesouraria na data de aprovação do Plano. Caberá ao Conselho de Administração e aos Diretores definir quais os colaboradores elegíveis que terão direito as Ações, assim como a quantidade de Ações a que cada beneficiário terá direito.	O número máximo de ações varia de acordo com o valor da ação da Companhia na Bolsa de Valores de São Paulo – B3 – Bolsa, Brasil, Balcão, na data da concessão e com a bonificação atribuída a seus administradores e seus empregados ocupantes de posições relevantes.

e) condição de aquisição de ações:

<i>Plano de Incentivo e Retenção Baseado em Ações:</i>	<i>Bônus – Parcela Diferida:</i>
Os Beneficiários apenas terão o pleno direito sobre as ações ordinárias da Companhia, desde que atendidos todos os termos e condições previstos no Plano. Sem prejuízo dos demais termos e condições estabelecidos nos respectivos Contratos de Outorga, os direitos dos Beneficiários em relação às Ações somente serão plenamente satisfeitos, caso o Beneficiário permaneça continuamente vinculado como administrador ou empregado da Companhia, durante o período compreendido entre a Data de Outorga e a data da efetiva transferência, 24 meses ou 36 meses após a Data de Outorga, a ser estabelecido individualmente e constante do Termo de Outorga. Uma vez satisfeitas as condições estabelecidas no parágrafo acima, a Companhia transferirá para o nome do Beneficiário as respectivas Ações, em até 4 (quatro) tranches semanais, por termo de transferência de ações nominativas da Companhia no sistema do agente responsável pela escrituração das ações de emissão da Companhia. O montante dos tributos vigentes, incidentes sobre o valor das ações a serem transferidas aos Beneficiários será descontado diretamente na folha de pagamento do Beneficiário, após sua transferência. A outorga das ações nos termos do Plano será cancelada automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos: (a) mediante o distrato do Contrato de Outorga; (b) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada; ou (c) nas hipóteses previstas no item "k" deste documento.	Não há previsão de aquisição de ações, apenas cálculo para valores indexados.

f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício:

<i>Plano de Incentivo e Retenção Baseado em Ações:</i>	<i>Bônus – Parcela Diferida:</i>
Com o propósito de satisfazer a outorga de Ações nos termos do plano, a Companhia, sujeito a Lei e regulamentação aplicável, transferirá Ações mantidas em tesouraria, por meio de operação privada, conforme autorização concedida pelo Colegiado da CVM em reunião realizada em 30 de junho de 2015. As Ações, quando efetivamente transferidas, nos termos do Plano manterão todos os direitos previstos na Lei e no Estatuto Social da Companhia.	O valor da bonificação anual é aferido e aprovado pelo conselho de administração com base no atingimento das metas individuais, departamentais e estratégicas da Companhia, podendo este ser pago de duas formas: 100% através de folha de pagamento; 80% deste valor pago através da folha de pagamento no ato da concessão e os 20% restantes tendo seu valor atrelado ao preço da ação da Companhia na Bolsa de Valores de São Paulo – B3 – Bolsa, Brasil, Balcão que vale como indexador de preço para a valorização deste bônus.

g) critérios para fixação do prazo de exercício:

<i>Plano de Incentivo e Retenção Baseado em Ações:</i>	<i>Bônus – Parcela Diferida:</i>
Para a condição do beneficiário, o prazo para efetiva transferência será estabelecido individualmente e constante no Termo de Outorga, podendo este ser de 24 meses ou 36 meses a contar da data da Outorga. Uma vez satisfeitas as condições estabelecidas no parágrafo acima, a Companhia transferirá para o nome do Beneficiário as respectivas Ações, em até 4 (quatro) tranches semanais, por termo de transferência de ações nominativas da Companhia no sistema do agente responsável pela escrituração das ações de emissão da Companhia.	O prazo para pagamento da parcela a ser liquidada através de folha de pagamento é de até 45 dias a contar da data de concessão do Bônus. Já o prazo para pagamento da parcela indexada é de 24 a 36 meses a contar da data de concessão do Bônus.

h) forma de liquidação:

<i>Plano de Incentivo e Retenção Baseado em Ações:</i>	<i>Bônus – Parcela Diferida:</i>
A liquidação se dará quando da transferência efetiva da Ação da Companhia para o nome do beneficiário, por termos de transferência de ações nominativas da Companhia no sistema do agente responsável pela escrituração das Ações de emissão da Companhia.	O preço, ajustado na forma do item “f” acima, será pago, em moeda corrente nacional, no prazo previsto no item “g”.

i) restrições à transferência das ações:

Não caberá nenhum tipo de indenização ao Beneficiário, nos termos definidos no item “k” deste documento.

j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano:

<i>Plano de Incentivo e Retenção Baseado em Ações:</i>	<i>Bônus – Parcela Diferida:</i>
Mudança do Controle Acionário: Na hipótese de mudança, direta ou indireta, do controle acionário da Companhia deverá ser respeitado o Plano instituído. Fusão, Cisão, Incorporação e Transformação da Companhia – Incorporação de Ações: Nos casos de fusão, cisão, com ou sem extinção da pessoa cindida, incorporação ou transformação da Companhia, bem como no caso de incorporações de Ações, deverá ser respeitado o Plano já instituído. Alteração, Suspensão e Extinção do Plano: Compete à Assembleia Geral aprovar e, portanto, alterar o Plano. Toda e qualquer alteração do Plano, proposta pelo Conselho de Administração, deverá ser submetida à aprovação da Assembleia Geral e, uma vez aprovada, somente poderá atingir as Ações a serem Outorgadas.	Na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão, liquidação ou reorganização da Companhia, na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente, ou de compra e venda de mais de 80% (oitenta por cento) das ações existentes da Companhia a qualquer outra empresa, em havendo valor indexado de Bônus a liquidar, compete a Assembleia Geral aprovar ou não a condição e prazo de liquidação.

k) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações:

Plano de Incentivo e Retenção Baseado em Ações:	Bônus – Parcela Diferida:
Desligamento: nas hipóteses de pedido de demissão voluntária ou demissão pela Companhia, com ou sem justa causa, renúncia, destituição, substituição ou término do mandato sem reeleição ao cargo de administrador, será o Beneficiário automaticamente desligado do Plano, não fazendo jus a qualquer retribuição. Aposentadoria por invalidez: nas hipóteses de o Beneficiário se aposentar por invalidez permanente, desligando-se da CSU, fará jus à transferência do montante de ações outorgadas, calculado pro rata de acordo com os meses transcorridos entre a Data de Outorga e a data de desligamento da CSU. Afastamento: caso o Beneficiário se afaste da Companhia, seja por licença maternidade, licença em razão do gozo do benefício previdenciário por incapacidade por motivo de doença ou qualquer outro tipo de afastamento previdenciário, o beneficiário continuará vinculado ao Plano, sendo que as datas estabelecidas para transferência efetiva da ação serão prorrogadas pelo período de afastamento. Falecimento: na hipótese de Desligamento por falecimento do Beneficiário, a transferência das ações ainda não realizada, poderá ser plenamente satisfeita após o falecimento do Beneficiário, mediante a apresentação perante a Companhia da documentação hábil do arrolamento ou inventário do Beneficiário, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data do falecimento do Beneficiário. No caso de inventário, o prazo será contado a partir da nomeação do inventariante pelo juízo, desde que o inventário tenha sido aberto em até 6 (seis) meses.	O colaborador deve estar ativo na respectiva data de Pagamento.

8.5. Remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações

A Companhia não possui remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações.

8.6. Outorga de opções de compra de ações

A Companhia não possui remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações, logo não há outorga de opções de compra deste tipo.

8.7. Opções em aberto

A Companhia não possui Plano de Opções em aberto. Há em aberto apenas entrega de ações após cumprimento do prazo de carência, seguindo as regras e critérios do “Plano de Incentivo e Retenção Baseado em Ações” descrito no item 8.4. As ações que a Companhia possui em Tesouraria serão utilizadas para esse objetivo.

8.8. Opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações

A Companhia não possui remuneração baseada em opções.

8.9. Remuneração baseada em ações, a serem entregues diretamente aos beneficiários

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número total de membros	5,00	3,00	8,00
Número de membros remunerados	-	3,00	3,00
Data de outorga	-	06/06/2025	-
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	-	0,18%	0,18%

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número total de membros	5,00	3,00	8,00
Número de membros remunerados	-	3,00	3,00
Data de outorga	-	04/07/2024	-
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	-	0,10%	0,10%

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número total de membros	5,00	4,08	9,08
Número de membros remunerados	-	3,00	3,00
Data de outorga	-	26/05/2023 e 01/08/2023	-
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	-	0,10%	0,10%

8.10. Outorga de ações realizadas

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número total de membros	5,00	3,00	8,00
Número de membros remunerados	-	3,00	3,00
Data de outorga	-	-	06/06/2025
Quantidade de ações outorgadas	-	76.110	76.110
Prazo para que as ações se tornem exercíveis	-	36 meses	-
Prazo máximo para exercício das ações	-	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações*	-	-	-
Valor justo das ações na data da outorga	-	R\$ 18,46	-
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo na data da outorga	-	1.404.990,60	1.404.990,60

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número total de membros	5,00	3,00	8,00
Número de membros remunerados	-	3,00	3,00
Data de outorga	-	04/07/2024	-
Quantidade de ações outorgadas	-	26.985	26.985
Prazo para que as ações se tornem exercíveis	-	36 meses	-
Prazo máximo para exercício das ações	-	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações*	-	-	-
Valor justo das ações na data da outorga	-	R\$ 19,27	-
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo na data da outorga	-	520.000,95	520.000,95

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número total de membros	5,00	4,08	9,08
Número de membros remunerados	-	3,00	3,00
Data de outorga	-	26/05/2023 e 01/08/2023	-
Quantidade de ações outorgadas	-	40.073	40.073
Prazo para que as ações se tornem exercíveis	-	12 a 36 meses	-
Prazo máximo para exercício das ações	-	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações*	-	-	-
Valor justo das ações na data da outorga	-	13,33	-
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo na data da outorga	-	534.173,09	534.173,09

* O campo não foi preenchido, dado que, nos termos do Ofício Circular Anual SEP 2025, o prazo de restrição à transferência das ações corresponde ao período de lock-up após a entrega das ações, e os programas de concessão de ações da Companhia não preveem lock-up após a entrega das ações.

8.11. Ações entregues relativas à remuneração baseada em ações

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número total de membros	5,00	3,00	8,00
Número de membros remunerados	-	3,00	3,00
Quantidade de ações	-	59.411	59.411
Preço médio ponderado de aquisição	-	13,20	-
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	-	18,00	-
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	-	285.581,04	285.581,04

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número total de membros	5,00	3,00	8,00
Número de membros remunerados	-	3,00	3,00
Quantidade de ações	-	18.742	18.742
Preço médio ponderado de aquisição	-	22,55	-
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	-	19,25	-
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	-	61.848,60	61.848,60

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número total de membros	5,00	3,00	8,00
Número de membros remunerados	-	2,00	2,00
Quantidade de ações	-	15.120	15.120
Preço médio ponderado de aquisição	-	15,94	-
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	-	15,50	-
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	-	6.652,80	6.652,80

8.12. Precificação das ações/opções

- a) modelo de precificação
- b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco
- c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado
- d) forma de determinação da volatilidade esperada
- e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

A Companhia não possui Plano de Opções em aberto. O Plano de Remuneração Baseado em Ações vigente prevê a outorga de ações a administradores e funcionários da Companhia. Em ambos os casos, o efetivo usufruto do direito de recebimento de ações dá-se após o cumprimento de pré-determinado período de carência.

Os modelos e premissas gerais utilizadas para precificação das ações referentes ao Plano de Opções Remuneração Baseado em Ações estão abaixo explicadas:

- i. O valor justo das ações concedidas sob o Plano de Remuneração Baseado em Ações foi calculado com base no preço de mercado da ação na data de outorga das ações seguindo a determinação do Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações.
- ii. Tendo em vista as premissas para definição do valor de ações concedidas sob o respectivo plano e os critérios para definição do preço de exercício, as ações outorgadas até o momento sob o Plano de Remuneração Baseada em Ações serão transferidas aos beneficiários, cumpridas as condições estabelecidas em cada programa, a título gratuito, e por isso têm seu preço de exercício fixado em R\$ 0,00.
- iii. As ações concedidas sob o Plano de Remuneração Baseado em Ações serão transferidas aos beneficiários que permaneçam na Companhia em até 3 (três) anos, a contar da data de outorga das ações.

8.13. Participações detidas por órgão

Em 31/12/2025

Referências	Quantidade	% do Total
Conselho de Administração	22.729.078	54,38%
Conselho Fiscal	-	0,00%
Diretoria Estatutária	49.840	0,12%
Total de Ações	41.800.000	100,00%

*Os valores mobiliários detidos pelo Órgão “Diretoria Estatutária” foram considerados no Órgão “Conselho de Administração” quando houve acúmulo de funções.

8.14. Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

- a) órgão
- b) número de membros
- c) número de membros remunerados
- d) nome do plano
- e) quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- f) condições para se aposentar antecipadamente
- g) valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- h) valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- i) se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Não há Plano de Previdência na Companhia.

8.15. Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Exercício Social 2025	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
Número de membros	5,00	-	3,00
Número de membros remunerados	5,00	-	3,00
Valor da maior remuneração individual / ano	339.619	-	24.061.494
Valor da menor remuneração individual / ano	112.254	-	1.483.545
Valor médio da remuneração individual / ano	224.495	-	9.523.569

Exercício Social 2024	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
Número de membros	5,00	-	3,00
Número de membros remunerados	5,00	-	3,00
Valor da maior remuneração individual / ano	323.818	-	15.517.463
Valor da menor remuneração individual / ano	60.247	-	1.167.988
Valor médio da remuneração individual / ano	195.095	-	6.606.730

Exercício Social 2023	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
Número de membros	5,00	-	4,08
Número de membros remunerados	5,00	-	4,08
Valor da maior remuneração individual / ano	324.848	-	12.187.980
Valor da menor remuneração individual / ano	58.506	-	480.141
Valor médio da remuneração individual / ano	211.829	-	4.183.425

Obs.: O valor médio de remuneração individual é calculado com o total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados.

8.16. Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

A Companhia dispõe de seguro de Responsabilidade Civil para Conselheiros, Diretores e Executivos - D&O (Directors & Officers), cujo objeto é o pagamento e/ou reembolso, a título de indenização securitária, das perdas indenizáveis devidas diretamente pelo segurado, ou pelo tomador, sua controlada e/ou subsidiária, quando este antecipar o valor da indenização a que o segurado seja obrigado a pagar, contanto que decorrentes de um fato gerador que origine uma reclamação coberta. A apólice, emitida junto à Chubb Seguros Brasil S.A., apresenta o limite máximo de garantia de R\$ 100,0 milhões, com prêmio líquido de R\$ 74,0 mil. A cobertura retroativa é ilimitada para fatos desconhecidos pelo tomador anteriores ao início da vigência da apólice. Não existe política específica no que se refere à remuneração e/ou indenizações para administradores em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

8.17. Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Órgão	2026 proposta	2025	2024	2023
Conselho de Administração	2,0%	1,7%	2,0%	2,0%
Conselho Fiscal			0,0%	0,0%
Diretoria Estatutária	76,6%	80,7%	78,6%	67,6%

8.18. Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não há.

8.19. Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

a. parcelas da remuneração suportadas por controladas do emissor, seus controladores diretos ou indiretos e sociedades sob controle comum, que tenham sido atribuídas aos integrantes do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal em função do exercício do cargo no emissor.

Valores em R\$	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Exercício social – Orçamento 2026 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor				
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-
Exercício social 2025 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor				
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-
Exercício social 2024 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor				
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-
Exercício social 2023 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor				
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

b. demais remunerações recebidas por administradores e membros do conselho fiscal do emissor, que tenham sido reconhecidas no resultado de controladas do emissor, dos controladores diretos ou indiretos do emissor ou de sociedades sob controle comum, mesmo que não relacionadas ao exercício de cargo no emissor.

Valores em R\$	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Exercício social – Orçamento 2026 – remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas				
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor (CSU Digital International LLC)	-	25.613.628	-	25.613.628
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-
Exercício social 2025 – remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas				
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor (CSU Digital International LLC)	-	18.610.070	-	18.610.670
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-
Exercício social 2024 – remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas				
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor (CSU Digital International LLC)	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-
Exercício social 2023 – remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas				
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor (CSU Digital International LLC)	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Nos últimos três exercícios sociais não foram recebidas remunerações pelos nossos administradores, que não fossem relacionadas ao exercício do cargo na emissora.

A tabela acima reflete a remuneração de nossos Diretores Estatutários e de nosso Conselho de Administração a ser reconhecida no resultado de nossa controlada direta, CSU Digital International LLC (“CSU International”), previsto para o exercício social a encerrar em 31 de dezembro de 2026, referente ao exercício de funções dos executivos na subsidiária. Essas funções estão relacionadas ao plano de expansão da Companhia que envolve operações transfronteiriças e são atribuídas a nossa subsidiária CSU International. Esclarecemos que os membros do nosso Conselho de Administração e de nossa Diretoria fazem jus a apenas um pacote de remuneração relacionado aos cargos exercidos tanto na emissora, como na CSU International, de forma que a remuneração relacionada ao exercício social corrente evidenciada nesta seção 8 transitará no resultado de nossa Companhia, de maneira consolidada, e na forma indicada no item 8.2 deste Formulário de Referência. Essa remuneração contempla os elementos evidenciados no item 8.1, havendo componentes de remuneração fixa e variável, tais como salário ou pró-labore, benefícios diretos ou indiretos como assistência médica, auxílio refeição, moradia e hospedagem, seguro de vida. Vale reforçar que, grande parte deste valor é composto por remuneração variável e, portanto, depende de atingimento de metas estratégicas definidas pela Companhia, ligadas a esta nova operação, e podem chegar até aos valores mencionados acima.

8.20. Outras informações relevantes

Não há.

Em conformidade com a Lei nº 15.177/2025, que estabelece diretrizes voltadas à promoção da equidade no ambiente corporativo, e atendendo às exigências do artigo 7º da referida legislação, a Companhia apresenta o comparativo entre os anos de 2024 e 2025, abrangendo informações relacionadas às suas atividades no Brasil. Essa iniciativa reforça o compromisso da Companhia em alinhar suas práticas às legislações vigentes, promovendo a transparência e a responsabilidade social.

I – a quantidade e a proporção de mulheres contratadas, por níveis hierárquicos da companhia; com base em 31/12/2025

Competência	Líder	Não Líder
Quantidade	202	3.056
Proporção	55%	69%
2024 vs. 2025 (%)	-13,7%	11,7

II – a quantidade e a proporção de mulheres que ocupam cargos na administração da companhia; com base em 31/12/2025

Em 31/12/2025, a Companhia não possuía mulheres ocupando cargos na administração (Conselho de Administração e/ou Diretoria Estatutária). A Companhia reconhece a importância da diversidade de gênero nos níveis decisórios e reafirma seu compromisso com iniciativas voltadas ao avanço da representatividade feminina em posições de liderança estratégica, em consonância com as diretrizes da Lei nº 15.177/2025.

III – o demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares da companhia; com base em 31/12/2025

Competência	Mulheres — Líder	Mulheres — Não Líder	Homens — Líder	Homens — Não Líder
2024	1.767.296	4.735.826	2.548.763	3.447.866
2025	1.675.809	5.788.967	2.468.279	4.113.262
2024 vs. 2025 (%)	-5,2%	22,2%	-3,2%	19,3%

IV – a evolução comparativa dos indicadores previstos nos incisos I, II e III deste parágrafo entre o exercício findo e o exercício imediatamente anterior

As informações referentes à evolução comparativa dos indicadores previstos nos incisos I, II e III entre os exercícios de 2024 e 2025 estão demonstradas nos quadros apresentados acima, nos respectivos incisos.